



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Controladoria-Geral do Estado
Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade

Memorando.CGE/CSET_SEJUSP/NATI.nº 7/2023

Belo Horizonte, 20 de março de 2023.

Para: André de Andrade Ranieri

Superintendência de Planejamento, Orçamento e Finanças

Assunto: Prestação de Contas Anual para o TCE/MG - RAG - Exercício 2022 - SEJUSP

Referência: [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1450.01.0016371/2023-71].

Senhor Superintendente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminhamos os Relatórios de Avaliação da Gestão no Exercício 2022 SEJUSP n. #1409989 (62720833) e FUNPREN n. #1410006 (62720551), de 20 de março de 2022, em cumprimento às determinações da Instrução Normativa nº 14, de 14 de dezembro de 2011 e Decisão Normativa nº 02/2022 do TCE-MG (60125449) para compor a Prestação de Contas Anual. Vale ressaltar que os Relatórios de Avaliação da Gestão no Exercício 2022 referente ao FESP e FPE serão enviados no prazo até 25/4/2023, conforme item II do art. 4º da DN nº 02/2022 do TCE-MG.

Cumpre-nos esclarecer que referente aos Anexos III (SEJUSP) e V (FUNPREN), somente foram analisados os itens V e não foram analisados os itens IV, já que se trata de prestações de contas que não serão julgadas, conforme art. 6º da DN nº 02/2022 do TCE-MG.

Cabe registrar que os achados de auditoria não esgotam a possibilidade de identificação de outros problemas na estrutura de controle interno dessa Secretaria, sendo competência primária da gestão adotar processo contínuo para diagnosticá-los, bem como avaliar os riscos e as fragilidades da estrutura de controle interno e dos processos, devendo, também, implementar as medidas cabíveis em resposta aos riscos, tanto corrigindo as irregularidades e/ou impropriedades, quanto atuando de forma preventiva no desenvolvimento de soluções estruturantes para o processo.

Ao final, conforme Anexo Único da Ordem de Serviço CGE/AUGE nº 01/2022, os órgãos/entidades deverão disponibilizar, em área de amplo acesso do seu sítio na internet, os documentos da prestação de contas entregue ao TCEMG e informações de interesse coletivo ou geral relacionado às contas do exercício de 2022, incluindo as demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas, em atendimento ao art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2016, no prazo de até 30 (trinta) dias após a remessa da prestação de contas anual ao TCEMG. Vale ressaltar que os apêndices dos relatórios acima devem ser suprimidos nas publicações. Neste sentido, encaminhamos o Relatório de Avaliação da Gestão no Exercício 2022 SEJUSP n.º #1409989 Sem Apêndices (62717315), conforme Resolução CGE nº 36, de 30/11/2021.

Também solicitamos gentilmente, o envio para esta Controladoria Setorial, através deste Processo SEI, dos recibos de entrega das 02 Prestações de Contas acima, após enviadas, para compor nossa arquivo de papéis de trabalho de auditoria.

Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente,

Ramon Diego de Carvalho
Auditor Chefe - NATI - CSET/SEJUSP
MASP 1.336.920-2

De acordo.

Uriel Brandão de Rezende Alvim Segundo
Controlador Setorial - CSET/SEJUSP
MASP 1.261.620-7



Documento assinado eletronicamente por **Ramon Diego de Carvalho, Auditor Chefe**, em 20/03/2023, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Uriel Brandao de Rezende Alvim Segundo, Controlador Setorial**, em 21/03/2023, às 09:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **62708515** e o código CRC **7371D3EC**.

RELATÓRIO DOS RESULTADOS DAS AUDITORIAS DE 2022 E DO MONITORAMENTO DAS CONTAS ANUAIS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

#1409989

Exercício 2022

**1451 – Secretaria de Estado de Justiça e
Segurança
Pública (SEJUSP)**

20/3/2023

**CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO**



**MINAS
GERAIS**

**GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.**



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais

RELATÓRIO DOS RESULTADOS DAS AUDITORIAS DE 2022 E DO MONITORAMENTO DAS CONTAS ANUAIS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - EXERCÍCIO 2022

Nº 1409989

**Órgão/Entidade: 1451 – Secretaria de Estado de
Justiça e Segurança Pública (SEJUSP)**



MISSÃO DA CGE

Promover a integridade e aperfeiçoar os mecanismos de transparência da gestão pública, com participação social, da prevenção e do combate à corrupção, monitorando a qualidade dos gastos públicos, o equilíbrio fiscal e a efetividade das políticas públicas.



LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CGE - Controladoria-Geral do Estado

CSET - Controladoria Setorial

CTI - Coordenadoria de Transparência e Integridade

NATI - Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade

NUCAD - Núcleo de Correição Administrativa

PACI - Plano Anual de Controle Interno

RACI - Relatório de Atividades de Controle Interno

RAINT - Relatório de Atividades de Auditoria Interna

SEJUSP - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

TCE - Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. DESTAQUE DAS AÇÕES DE AUDITORIA DE 2022: SÍNTESE DOS PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS EM 2022, INCLUSIVE AS AÇÕES DE AUDITORIA PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO COVID-19:	9
2.1 AÇÕES DE AUDITORIA PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO COVID-19:	9
2.2 SÍNTESE DOS PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS EM 2022:	9
3. TRABALHOS DE AUDITORIA REALIZADOS EM 2022 ..	14
4. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	17
4.1 RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (SEJUSP):	18
4.2 DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DECORRENTES DA ATUAÇÃO AO LONGO DO PERÍODO	21
5. RESULTADO DO MONITORAMENTO DAS DECISÕES EXPEDIDAS POR ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO, PELO CONSELHO FISCAL E PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, SE HOUVER	24
6. OUTRAS AÇÕES OU ATIVIDADES RELEVANTES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2022	25
6.1.DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS	25
6.2.AÇÕES DE CORREIÇÃO	29
6.3.AÇÕES DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE	30

Apêndice A – Detalhamento das medidas implementadas e em curso, e das medidas pendentes de implementação, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), que foram



recomendadas em documentos de auditoria ou constantes no Plano
de Ação elaborado pelo gestor.33

Quadro 1 - Ações implementadas e não implementadas
33

Quadro 2 - Status das recomendações expedidas por
órgãos de controle externo e conselhos38



1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento às determinações do art. 10 da IN nº 14 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), de 14 de dezembro de 2011, e da Decisão Normativa TCEMG nº. 02, de 19 de dezembro de 2022, apresenta-se o Relatório dos Resultados das Auditorias de 2022 e do Monitoramento das Contas Anuais de Exercícios Anteriores - Exercício 2022, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) - U. O. 1451-, sediada na Rodovia Papa João Paulo II, Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves - Edifício Minas, 3º Andar, Serra Verde, Belo Horizonte/MG, CEP 31.630-900.

O trabalho foi realizado consoante normas e procedimentos de auditoria, incluindo, consequentemente, provas em registros e documentos correspondentes na extensão julgada necessária, segundo as circunstâncias, à obtenção das evidências e dos elementos de convicção sobre as ocorrências detectadas.

O trabalho foi executado pela Controladoria Setorial da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP/MG, por meio da Coordenadoria de Auditoria, unidade integrante do Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade - CSET/NATI/CAU, conforme estabelecido no § 1º do artigo 6º do Decreto nº 47.795 de 19/12/2019, em cumprimento as suas atribuições.

A execução dos trabalhos foi orientada pela Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais, nos termos da competência que lhe é atribuída pelo art. 49 da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, por intermédio da Auditoria-Geral do Estado, conforme Ordem de Serviço CGE/AUGE Nº 04/2023, Comunicação Interna CGE/AHCS nº. 3/2023 - Prestações de Contas Anuais de 2022¹.

Os trabalhos de auditoria realizados em 2022 seguiram as diretrizes técnicas estabelecidas pela Resolução CGE nº 36, de 29 de outubro de 2018, posteriormente substituída pela Resolução CGE nº 24, de 17 de julho de 2020, Resolução CGE nº 09, de 2 de abril de 2020 e pela Resolução CGE nº 36, de 30 de novembro de 2021.

¹ Processo nº 1520.01.0001426/2023-20.



O relatório está estruturado em tópicos e circunstanciado em sínteses para atendimento do art. 6º Decisão Normativa TCEMG nº 02, de 19 de dezembro de 2022.

2. DESTAQUE DAS AÇÕES DE AUDITORIA DE 2022: SÍNTESE DOS PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS EM 2022, INCLUSIVE AS AÇÕES DE AUDITORIA PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO COVID-19:

2.1 AÇÕES DE AUDITORIA PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO COVID-19:

Com relação às contratações para o enfrentamento da Pandemia do COVID-19, esclarecemos que não houve demanda de consulta ou trabalho de auditoria de avaliação relativo à essa temática, considerando que, não houve execução de despesa que deve ser auditada, na Unidade de Programação de Gasto específico para contratações destinadas ao combate e enfrentamento da pandemia - UPG 959, qual seja contratações de bens e serviços.

2.2 SÍNTESE DOS PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS EM 2022:

- Relatório de Consultoria E-Aud #1308857 - Consultoria de Gerenciamento de Riscos do Macroprocesso Monitoração Eletrônica dos Custodiados com Tornozeleiras: Consultoria sobre a Aplicação do Gerenciamento de Riscos no macroprocesso de instalação, desinstalação, manutenção e controle de Monitoração Eletrônica dos Custodiados com tornozeleiras eletrônicas, executados na Unidade Gestora de Monitoração Eletrônica - UGME/DEPEN, com o objetivo geral de auxiliar a organização na identificação e avaliação dos riscos existentes no processo, a fim de tentar prever e mitigar possíveis problemas e disfunções, quando na execução das atividades, tendo como objetivos específicos:
 - Compreender a rotina das atividades da Unidade Gestora de Monitoração Eletrônica - UGME sobre instalação, desinstalação, manutenção e controle; e obter fontes de documentação do processo, e acesso a sistemas informatizados;
 - Identificar o mapeamento do fluxo dos processos de instalação, desinstalação, manutenção e controle de Monitoração Eletrônica de tornozeleiras eletrônicas;
 - Identificar e avaliar os riscos relevantes a cada atividade realizada nos processos de instalação, desinstalação, manutenção e controle de Monitoração Eletrônica de tornozeleiras



eletrônicas;

- Identificar a estrutura de controles existente e aplicada aos riscos;
- Identificar as possíveis fragilidades na estrutura de controle.

- Nota de Auditoria E-Aud #1266840: Consulta e Assessoramento - Consultoria sobre Regime de Adiantamentos para realização de pagamento de Despesas Miúdas, quanto: a qual material pode ser adquirido e qual serviço pode ser contratado; seus prazos para utilização e devida prestação de contas; quantos recursos podem ser utilizados por demanda; a orientação para realização do mínimo de três orçamentos; dentre outros.
- Nota de Auditoria E-Aud #1376292: Consulta de origem da Subsecretaria de Inteligência e Atuação Integrada a qual solicita providências quanto a ausência de documentação que gerou a glosa relativas às metas e 1 e 2, no montante de R\$ 1.897.209,62 no Convênio Federal nº 042/2003.
- Nota de Auditoria E-Aud #1353339: Consulta de origem da Subsecretaria de Inteligência e Atuação Integrada a qual visa saber sobre a existência de danos ao erário e outras providências a serem adotadas em virtude de pagamento realizado fora da vigência do Convênio nº 004/2003.
- Nota de Auditoria E-Aud #1320973: Apuração de Responsabilidade de Encargos Financeiros: Responder consulta da SUINT sobre Apuração de Responsabilidade de Encargos Financeiros.
- Nota de Auditoria E-Aud #1297686 - Solicitação de Consulta sobre a Reabilitação da Stillus Alimentação Ltda. para voltar a contratar com a Administração Pública do Estado de Minas Gerais.
- Nota de Auditoria E-Aud #1171993: Consultoria do Fluxo de Diversos Responsáveis com a DCF. Demanda em continuidade ao trabalho de 2021. O trabalho decorreu do contexto apresentado pela Superintendência de Planejamento Orçamento e Finanças - SPOF, por meio da Diretoria de Contabilidade e Fianças - DCF em que aponta a existência do saldo total de R\$17.786.522,87 (dezessete milhões, setecentos e oitenta e seis mil, quinhentos e vinte e dois reais e oitenta e sete centavos) na rubrica contábil "Diversos Responsáveis em Apuração" e R\$2.081.814,82 (dois milhões, oitenta e um mil, oitocentos e quatorze reais e oitenta e dois centavos) em "Créditos por Dano ao Patrimônio"- conta contábil que substituiu a nomenclatura de "Diversos



Responsáveis Apurados” após a adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) em substituição ao Plano de Contas Único. Estes saldos foram inscritos entre os anos de 1990 a 2019 e ainda subsistem até o ano de 2022.

- Nota de Auditoria E-Aud #1153902 - Consulta sobre Avaliação da regularidade sobre a manutenção da rubrica destinada ao custeio do 9º Congresso Nacional das APACs: O objeto de análise pela auditoria, recaiu sobre a rubrica constante na linha 13 do Plano de Trabalho integrante da proposta para formalização do Termo de Colaboração, a qual diz respeito ao custeio, no aporte de R\$100.000,00 (Cem mil reais), para realização do 9º Congresso Nacional das APAC's, previsto para os dias 22 a 25 de junho de 2022.
- Relatório de Gestão E-Aud #1182620 #1182654 #1182687 #1182710 - Elaboração do relatório de auditoria sobre contas de gestão do órgão/entidade e fundos vinculados: Avaliação e Compilação de Dados e Informações das Contas da Gestão para Julgamento do Tribunal de Contas MG.
- Relatório e Certificado TCE E-Aud #1377331 - Exame e certificação de Tomadas de Contas Especiais: Danos ao erário no valor de R\$ 3.068.712,95: omissão no dever de prestar contas: Tomada de Contas Especial nº 01/2020 do Convênio nº 048/2009 da APAC de Sacramento/MG.
- Certificado de Auditoria E-Aud #1334403 - Avaliação da instrução processual e certificação dos processos administrativos punitivos que concluírem pela inclusão de fornecedores no CAFIMP: Avaliação da instrução processual e certificação do Processo Administrativo punitivo - PAP nº 1450.01.0085200/2022-17, fornecedor EZN Alimentações LTDA, que concluiu pela aplicação de MULTA, no valor de R\$203.104,17 e de Suspensão Temporária de Participação em Licitação e Impedimento de Contratar com a Administração Pública Estadual, pelo período de 03 (três) anos.
- Relatório de Auditoria E-Aud #1161718 - Avaliação da Concessão Irregular de Benefícios Extra Terceirizados da MGS: O objetivo geral do trabalho consistiu em avaliar a regularidade das concessões de benefícios extras contratuais (folgas e pausas/intervalos) atribuídos, por deliberação unilateral do Colégio Técnico Operativo - CTO, aos colaboradores, na função de teledigifonistas, da empresa Minas Gerais Administração e Serviços S.A - MGS, que desempenham suas funções no Centro



Integrado de Atendimento e Despacho (CIAD) e Disque Denúncia Unificado (DDU). A partir disso, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- Avaliar a concessão dos benefícios listados abaixo: Folga extracontratual: concedida uma vez por mês a mais para os funcionários da MGS, que laboram na função de teledigifonistas, que não se ausentarem do posto de trabalho, com ou sem justificativas, e, não somassem atrasos maiores que 40 minutos; Pausas/ intervalos extracontratuais durante a jornada de trabalho: Concessão de pausas a mais do que a estabelecida em contrato e estipulada pela norma regulamentadora da categoria (NR17), qual seja, duas pausas de 10 minutos a mais.

- Relatório de Auditoria E-Aud #1206823 - Avaliação da Irregularidade na falta de andamento nos processos de Acúmulo de Cargos: O principal objetivo dessa avaliação foi auxiliar a organização na identificação e avaliação das fragilidades existentes no processo, a fim de tentar prever e mitigar possíveis problemas e disfunções, quando na execução das atividades, e, de alguma forma, contribuir com a melhoria da gestão na aplicação dos recursos públicos, oferecendo subsídio aos gestores para que implantem de forma efetiva os controles internos administrativos, o que proporcionará incremento de informações gerenciais, melhor acompanhamento do alcance das metas estabelecidas e melhoria no desempenho da Unidade na prestação dos serviços públicos à população. Ainda, verificar eventuais irregularidades nos processos ou na sua condução, tendo como objetivos específicos:

- Identificar possíveis fragilidades operacionais no fluxo dos processos de acúmulo de cargos da SEJUSP/MG;
- Identificar a conformidade desses processos, referentes aos servidores não ativos, a partir do ano de 2019, os quais tenham declarado o acúmulo de cargo no formulário do referido Sistema de posse da Secretaria;
- Identificar eventuais atos ilícitos praticados contra a Administração Pública;
- Sugerir possíveis medidas corretivas para as fragilidades ou inconformidades possivelmente identificadas.

- Relatório de Auditoria E-Aud #1092060 - Avaliação da Cessão Irregular de Servidores: O objetivo geral deste relatório consistiu na avaliação do Procedimento de Cessão de Servidores, e da regularidade na execução dos processos de cessão de servidores da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, tendo como objetivos específicos:
- Identificar possíveis fragilidades no procedimento de cessão



de servidores no âmbito da SEJUSP/MG;

- Identificar riscos, bem como, eventuais atos ilícitos praticados contra a Administração Pública;
- Sugerir possíveis medidas corretivas ou mitigadoras para os principais riscos identificados.

- Relatório de Auditoria E-Aud #1173395 - Consultoria no Gerenciamento de Riscos de Convênios e Parcerias - Fase elaboração e Prestação de Contas: Consultoria sobre a Aplicação do Gerenciamento de Riscos no macroprocesso de convênios e instrumentos congêneres de saída, atinente aos processos de Formalização e Prestação de Contas, celebrados na Diretoria de Contratos e Convênios - DCC/SEJUSP, com o intuito de identificar os riscos associados à execução dos procedimentos, bem como a adequação dos controles, para que se possa realizar de maneira eficaz a gestão de riscos na tramitação de Convênios e Instrumentos Congêneres de Saída na SEJUSP, a fim de tentar prever e mitigar possíveis problemas e disfunções, quando na execução das atividades e, de alguma forma, contribuir com a melhoria da gestão na aplicação dos recursos públicos, oferecendo subsídio aos gestores para que implantem de forma efetiva os controles internos administrativos, o que proporcionará incremento de informações gerenciais, melhor acompanhamento do alcance das metas estabelecidas e melhoria no desempenho da Unidade na prestação dos serviços públicos à população.
- Nota de Auditoria E-Aud #1203959 - Cartilha sobre o Conflito de Interesses e Nepotismo: O trabalho decorreu das atribuições previstas no Plano de Integridade da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, publicado em 15 de dezembro de 2020, no qual foi elencado como ação a ser desenvolvida pelo Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade (NATI): "Desenvolver, propor e divulgar mecanismos de prevenção ao conflito de interesses e ao nepotismo", com o apoio interno do Núcleo de Correição Administrativa (NUCAD) e Núcleo de Apurações Especiais e Denúncias (NAED) no âmbito da Controladoria Setorial, bem como, externamente à CSet, da Comissão de Ética, da Superintendência de Recursos Humanos e da Assessoria Estratégica. O escopo da atividade compreendeu desenvolver um material informativo e didático, para conscientizar o servidor sobre questões relevantes relativas ao nepotismo e conflitos de interesses dentro das instituições públicas, bem como, trazer mecanismos de prevenção e denúncia. Publicar Resolução própria da SEJUSP com tipificações costumeiras das denúncias recebidas e casos concretos tratados pela Secretaria, para além do Decreto



**Tabela Resumo 2 - Documentos técnicos de auditoria emitidos
pela CGE - U.O. 1451 - Exercício 2022**

PRODUTO	QUANTIDADE
RELATÓRIO DE AUDITORIA (RA)	3
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE	0
RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	0
PARECER TÉCNICO	0
CERTIFICADO DE AUDITORIA	0
CERTIFICADO DE AUDITORIA SOBRE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	0
NOTA DE AUDITORIA (NA)	1
NOTA DE CONSULTORIA SIGILOSA	2
NOTA TÉCNICA DE CORREIÇÃO ADMINISTRATIVA	0
CARTA DE RECOMENDAÇÃO	0
RELATÓRIO PRELIMINAR	0
QUANTIDADE TOTAL	6

Fonte: Processo nº 1520.01.0001426/2023-20.

b) No que concerne aos trabalhos de auditoria que resultaram em recomendações de adoção de providências por parte do gestor, encontram-se enumerados no quadro resumo a seguir os documentos técnicos emitidos pela Controladoria Setorial, referentes à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, no período em referência:

**Quadro Resumo 1 - Documentos técnicos de auditoria emitidos
pela CGE - U.O. 1451 - Exercício 2022**

1	Número: Relatório de Consultoria E-Aud #1308857	Objetivo da auditoria: Consultoria de Gerenciamento de Riscos do Macroprocesso Monitoração Eletrônica dos Custodiados com Tornozeleiras. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
	Data: 5/10/2022	Providências adotadas pela Gestão: Execução do Plano de Ação em Andamento.
2	Número: Relatório de Auditoria E-Aud #1161718	Objetivo da auditoria: Avaliação da Concessão Irregular de Benefícios Extra Terceirizados da MGS. Plano de Ação elaborado pela gestão: () Sim () Não (X) Em elaboração
	Data: 31/01/2023	Providências adotadas pela Gestão: Não se Aplica
3	Número: Relatório de Auditoria E-Aud #1206823	Objetivo da auditoria: Avaliação da Irregularidade na falta de andamento nos processos de Acúmulo de Cargos. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração



Data: 14/11/2022		Providências adotadas pela Gestão: Recomendações Parcialmente Implementadas.
4	Número: Relatório de Auditoria E-Aud #1092060	Objetivo da auditoria: Avaliação da Cessão Irregular de Servidores. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Data: 13/4/2022		Providências adotadas pela Gestão: Recomendações Parcialmente Implementadas.
5	Número: Relatório de Auditoria E-Aud #1173395	Objetivo da auditoria: Consultoria no Gerenciamento de Riscos de Convênios e Parcerias - Fase elaboração e Prestação de Contas. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Data: 19/5/2022		Providências adotadas pela Gestão: Execução do Plano de Ação em Andamento.

Fonte: Relatório de Atividades de Controle Interno (RACI) E-Aud #1387862.

c) Documentos técnicos produzidos em 2022 pela Auditoria-Geral/CGE-MG:

**Quadro Resumo 2 - Documentos técnicos de auditoria emitidos pela
AUGE-CGE - U.O. 1451 - Exercício 2022**

Qtd.	ÓRGÃO / ENTIDADE	DIRETORIA	PRODUTO	OBJETIVO DO TRABALHO	QUANTIDADE PRODUTO EXECUTADO	RECOMENDAÇÕES/ SUGESTÕES
1	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP	Auditoria-Geral/CGE	Nota de Consultoria Sigilosa	SIGILOSA	1	
2	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP	Superintendência Central de Auditoria de Gestão de Riscos e Programas	Relatório de Auditoria	Diagnóstico de Auto avaliação da Maturidade em Gestão de Riscos - 2022 na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP	1	
3	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP	Superintendência Central de Auditoria de Gestão de Riscos e Programas	Relatório de Auditoria	Diagnóstico de Auto avaliação da Maturidade em Gestão de Riscos na Administração Pública Direta do Estado de Minas Gerais	1	
4	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP	Diretoria Central de Auditoria em Programas Governança	Relatório de Auditoria - Consultoria	Prestar consultoria para auxiliar os órgãos e entidades na proposição de diretrizes e procedimentos, visando ao aperfeiçoamento	1	



Qtd.	ÓRGÃO / ENTIDADE	DIRETORIA	PRODUTO	OBJETIVO DO TRABALHO	QUANTIDADE PRODUTO EXECUTADO	RECOMENDAÇÕES/ SUGESTÕES
				da estrutura de controle interno dos órgãos e entidades do Poder Executivo, no âmbito do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção - PNPC.		
5	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP	Superintendência Central de Fiscalização de Concessões, Estatais e Obras	Nota de Auditoria Sigilosa	SIGILOSA	1	
6	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP	Diretoria Central de Fiscalização de Pessoal e Previdência	Nota de Auditoria	Afastamentos de servidores do Poder Executivo Estadual para participação em cursos de mestrado ou doutorado no exterior com ônus para os cofres públicos	1	

Fonte: Comunicação Interna CGE/AHCS nº. 3/2023 - Processo nº 1520.01.0001426/2023-20.

O detalhamento dos documentos técnicos de auditoria emitidos encontra-se reproduzido no Apêndice A.

4. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

Diante dos trabalhos de auditoria realizados, informamos na tabela abaixo, o quantitativo das ações implementadas e das ações não implementadas no período, conforme pactuado pela Gestão e constante no Plano de Ação ou em documento de auditoria emitido, conforme dados extraídos do RAIN³.

Tabela Resumo 3 - Quantitativo de ações com recomendações emitidas e implementadas, bem como, as não implementadas

DOCUMENTO	RESULTADO QUANTO À EFETIVIDADE:	QUANTIDADE
1. Consultoria de Gerenciamento de Riscos do Macroprocesso Monitoração Eletrônica dos Custodiados com Tornozeleiras Eaud #1308857 Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração	Implementada	
	Não Implementada	
	Com medidas em curso	1

³ Relatório de Atividades de Auditoria Interna- RAIN - E-Aud #1393759.



DOCUMENTO	RESULTADO QUANTO À EFETIVIDADE:	QUANTIDADE
2. Avaliação da Concessão Irregular de Benefícios Extra Terceirizados da MGS Eaud #1161718 Plano de Ação elaborado pela gestão: () Sim () Não (X) Em elaboração	Implementada	
	Não Implementada	
	Com medidas em curso	10
3. Avaliação da Irregularidade na falta de andamento nos processos de Acúmulo de Cargo Eaud #1206823 Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração	Implementada	7
	Não Implementada	1
	Com medidas em curso	0
4. Consultoria no Gerenciamento de Riscos de Convênios e Parcerias - Fase elaboração e Prestação de Contas Eaud #1173395 Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração	Implementada	
	Não Implementada	
	Com medidas em curso	1
5. Avaliação da Cessão Irregular de Servidores Eaud #1092060 Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração	Implementada	9
	Não Implementada	1
	Com medidas em curso	0

Fonte: Planilha E-Aud #1260306 - NATI/CSET/SEJUSP.

Quanto as recomendações expedidas pelos órgãos de controle externo, pelo conselho fiscal e pelo conselho de administração, informamos que não houve.

O resultado do monitoramento dos Planos de Ação com o detalhamento das ações encontra-se reproduzido no **Apêndice A**.

4.1 RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (SEJUSP) :

No que refere-se ao exercício de 2022, essa ação não foi executada, pois o trabalho foi permutado e as horas foram direcionadas para Demandas Extraordinárias⁴.

⁴ Relatório de Auditoria E-Aud #1173395 - Gerenciamento de Riscos Convênios e Relatório de Auditoria E-Aud #1161718 - Avaliação Benefícios Extracontratuais MGS.



No exercício de 2020, foi realizado o trabalho de avaliação da estrutura de controle interno em nível de entidade da SEJUSP - Relatório de Auditoria nº 1690.0054.21 de 21/01/2021 - no qual constam os riscos relativos à governança, gerenciamento de riscos e controles internos.

Tratou-se de auditoria de natureza operacional com a finalidade de avaliar, em nível de entidade, o grau de maturidade dos controles internos da SEJUSP, órgão responsável por implementar e acompanhar a política estadual de segurança pública, de maneira integrada com a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar, e a política estadual de Justiça Penal, em articulação com o Poder Judiciário e os órgãos essenciais à Justiça, cujas competências estão previstas no Decreto 47.795, de 19 de dezembro de 2019.

Neste sentido, conforme metodologia do Tribunal de Contas da União (TCU), baseada no Committee of Sponsoring Organizations (COSO I), **a maturidade da Estrutura de Controle da SEJUSP, se encontra no nível Intermediário, quando há princípios e padrões documentados e treinamento básico sobre controles internos.**

A avaliação da estrutura de controle interno em nível de entidade, objeto deste trabalho, contemplou um conjunto de políticas, diretrizes e padrões mais abrangentes da SEJUSP. Estão relacionados com a estrutura, com a operacionalização do trabalho e com as atividades de gestão. Esses controles permeiam todo o órgão e são difundidos em todos os níveis hierárquicos (operacional, tático e estratégico), em todos os processos de trabalho (área meio e área fim) e para todos os servidores.

Para tanto, foi avaliada a existência, a adequação e a efetividade dos controles internos instituídos pela SEJUSP, quanto à sua capacidade para reduzir o impacto ou a probabilidade da ocorrência de eventos de risco na execução de seus processos e atividades, por meio do diagnóstico de sua estrutura de controle.

A avaliação foi pautada nos critérios definidos pelo Comitê das Organizações Patrocinadoras - COSO, que elucida controle interno como sendo um processo constituído de cinco elementos básicos, atualmente denominados de "componentes", que se inter-

insumo gerenciais para aperfeiçoamento dos controles internos; dentre outros.

Imperioso destacar que no âmbito da SEJUSP foram constatados inúmeros procedimentos positivos realizados, mas sem formalização ou fixação em uma política definida, o que prejudicou a nota do órgão neste trabalho, ademais pela dificuldade do procedimento se mostrar institucionalizado e repetível. A gestão já desenvolve ações que visam tornar efetivos e céleres os trabalhos da entidade, com intuito de alcançar objetivos e metas, como as reuniões diárias realizadas entre a alta gestão que funcionam como ferramenta de controle, permitindo discursões em tempo real de assuntos relacionados ao órgão, contribuindo para tomada de decisões tempestivas através de informações atualizadas do andamento da gestão. E ainda foram citados os projetos que se encontram em andamento, dos quais, frisa-se o Plano de Integridade, que após a total implantação, tende a estabelecer tratamento com viés preventivo a diversas fragilidades, como por exemplo, possíveis crimes de fraude e corrupção no órgão.

4.2 DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DECORRENTES DA ATUAÇÃO AO LONGO DO PERÍODO

Com relação aos benefícios financeiros e não financeiros gerados para a SEJUSP decorrentes da atuação do Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade (NATI/CSET) ao longo do exercício de 2022, demonstramos no quadro seguinte os resultados alcançados⁵:

Quadro Resumo 3 - Benefícios financeiros e não financeiros

Título da ação	Tipo de benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e repercussão	Valor (R\$)
Avaliação em Gerenciamento de Riscos de Processos Chave com Alto Risco de Fraude e Corrupção: Consultoria de Gerenciamento de Riscos do Macroprocesso Monitoração Eletrônica dos Custodiados com Tornozeleiras	Não Financeiro	Plano de Ação de Gerenciamento de Riscos do Macroprocesso Monitoração Eletrônica dos Custodiados com Tornozeleiras	Fortalecimento da gestão de riscos	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica

⁵ Relatório de Atividades de Controle Interno- RACI - E-Aud #1387862.



Título da ação	Tipo de benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e repercussão	Valor (R\$)
Relatório de Consultoria E-Aud #1308857					
Consulta sobre o regime especial de adiantamento (despesas miúdas) Nota de Auditoria E-Aud #1266840	Não Financeiro	Esclarecimentos que subsidiam a tomada de decisão dos gestores	Subsídios e/ou orientações para atuação/tomada de decisão da gestão	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Consulta sobre ausência de documentação que gerou a glosa relativas às metas e 1 e 2, no montante de R\$ 1.897.209,62 no Convênio Federal nº 042/2003 Nota de Auditoria E-Aud #1376292	Não Financeiro	Esclarecimentos que subsidiam a tomada de decisão dos gestores	Subsídios e/ou orientações para atuação/tomada de decisão da gestão	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Consulta sobre existência de danos ao erário e outras providências a serem adotadas em virtude de pagamento realizado fora da vigência do Convênio 004/2003 Nota de Auditoria E-Aud #1353339	Não Financeiro	Esclarecimentos que subsidiam a tomada de decisão dos gestores	Subsídios e/ou orientações para atuação/tomada de decisão da gestão	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Consulta sobre Apuração de Responsabilidade de Encargos Financeiros Nota de Auditoria E-Aud #1320973	Não Financeiro	Esclarecimentos que subsidiam a tomada de decisão dos gestores	Subsídios e/ou orientações para atuação/tomada de decisão da gestão	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Consulta sobre Reabilitação da Stillus Alimentação Ltda. para voltar a contratar com a Administração Pública do Estado de Minas Gerais Nota de Auditoria E-Aud #1297686	Não Financeiro	Esclarecimentos que subsidiam a tomada de decisão dos gestores	Subsídios e/ou orientações para atuação/tomada de decisão da gestão	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica



Título da ação	Tipo de benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e repercussão	Valor (R\$)
Consulta sobre Fluxo de Diversos Responsáveis com a DCF Nota de Auditoria E-Aud #1171993	Não Financeiro	Esclarecimentos que subsidiam a tomada de decisão dos gestores	Subsídios e/ou orientações para atuação/tomada de decisão da gestão	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Consulta sobre Avaliação da regularidade sobre a manutenção da rubrica destinada ao custeio do 9º Congresso Nacional das APACs Nota de Auditoria E-Aud #1153902	Não Financeiro	Esclarecimentos que subsidiam a tomada de decisão dos gestores	Subsídios e/ou orientações para atuação/tomada de decisão da gestão	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Elaboração do relatório de auditoria sobre contas de gestão do órgão/entidade e fundos vinculados Relatório de Gestão E-Aud #1182620 #1182654 #1182687 #1182710	Não Financeiro	Julgamento das contas do gestor da Secretaria	Subsídios para atendimento de determinações mandatórias	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Exame e certificação de Tomadas de Contas Especiais Relatório e Certificado TCE E-Aud #1377331	Não Financeiro	Certificação do Processo de Tomadas de Contas Especiais	Subsídios para atendimento de determinações mandatórias	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Avaliação da instrução processual e certificação dos processos administrativos punitivos que concluírem pela inclusão de fornecedores no CAFIMP Certificado de Auditoria E-Aud #1334403	Não Financeiro	Certificação do Processo Punitivo Administrativo de Fornecedores	Subsídios para atendimento de determinações mandatórias	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Avaliação da Concessão Irregular de Benefícios Extra Terceirizados da MGS Relatório de	Em apuração - No prazo	Em apuração - No prazo	Em apuração - No prazo	Em apuração - No prazo	Em apuração - No prazo



Título da ação	Tipo de benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e repercussão	Valor (R\$)
Auditoria E-Aud #1161718					
Avaliação da Irregularidade na falta de andamento nos processos de Acúmulo de Cargo Relatório de Auditoria E-Aud #1206823	Não Financeiro	Aprimoramento de processos, gestão de pessoas, responsabilização e regularização de processos.	Instauração de processos administrativos de responsabilização/ sanção; Aperfeiçoamento da gestão de pessoas/ capacitação; Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos; Aperfeiçoamento do compliance/ conformidade.	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Avaliação da Cessão Irregular de Servidores Relatório de Auditoria E-Aud #1092060	Não Financeiro	Aprimoramento de processos, gestão de pessoas e regularização de processos.	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas/ capacitação; Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos; Aperfeiçoamento do compliance/ conformidade.	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Consultoria no Gerenciamento de Riscos de Convênios e Parcerias - Fase elaboração e Prestação de Contas Relatório de Auditoria E-Aud #1173395	Não Financeiro	Plano de Ação de Gerenciamento de Riscos de Convênios e Parcerias - Fase elaboração e Prestação de Contas	Fortalecimento da gestão de riscos	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica

Fonte: NATI/CSET/SEJUSP.

5. RESULTADO DO MONITORAMENTO DAS DECISÕES EXPEDIDAS POR ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO, PELO CONSELHO FISCAL E PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, SE HOUVER

A Decisão Normativa TCEMG nº 02/2022 determina em seu art.6º, que a unidade de auditoria informe sobre o resultado de monitoramento das decisões do Tribunal em contas anuais de exercícios anteriores.



Em pesquisa no site www.tce.mg.gov.br⁶, identificamos o processo nº 1102351, Protocolo nº 9000373800/2021, referente à Prestação de Contas do Exercício de 2020, cuja situação atual é "Aguardando Parecer", sendo assim, ainda não foram enunciadas recomendações do Tribunal de Contas de MG.

Enfatizamos que a Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), mais recente, que teve as contas julgadas, refere-se ao exercício de 2017, conforme dados abaixo⁷:

- **Processo:** 1040644
- **Exercício de Referência:** 2017
- **Situação das contas:** Regulares. Arquivado.
- **Providências adotadas:** Segundo concluído no Acórdão:

"I) julgar regulares as contas do exercício de 2017, apresentadas pelo Sr. Francisco Kupidlowski - Secretário de Estado de Administração Prisional, exercício de 2017, e dar-lhe quitação nos termos do art. 251 regimental, com fundamento no inciso I do art. 48 da Lei Complementar n.102/2008 c/c com o artigo 250, inciso I do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;
II) registrar que qualquer irregularidade que vier a ser apurada, seja por via de inspeção in loco ou auditoria, ou mesmo por denúncia, ensejará a reabertura do exame das contas;
III) determinar a intimação do interessado e do atual gestor, desta decisão;
IV) determinar o arquivamento dos autos, cumpridas as disposições regimentais".

6. OUTRAS AÇÕES OU ATIVIDADES RELEVANTES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2022

6.1.1. DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS

Em 2022, a equipe da Controladoria Setorial da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) participou de **90**

⁶ Site: www.tce.mg.gov.br > busca avançada de processos > em "tipo de busca" selecionar "parte" > em "parte" digitar o nome do órgão/entidade por extenso, não precisa do nome inteiro. > clicar em "pesquisar processo" > selecionar o nome do órgão/entidade que está sendo pesquisado. > clicar em "buscar processos" > selecionar a natureza de processo "prestação de contas de exercício"> clicar em "buscar processos filtro natureza. Acesso em: 15/2/2023.

⁷ Disponível em: https://www.tce.mg.gov.br/pesquisa_processo.asp?cod_processo=1040644. Acesso: 15/2/2023.



curios e seminários, totalizando 5.312 horas, capacitando 625 servidores, conforme descrito na tabela, a se ver:

Tabela Resumo 4 - Demonstrativo das ações de capacitação realizadas pela Controladoria Setorial SEJUSP - U.O. 1451 - Exercício 2022

CAPACITAÇÃO	ÁREA	QUANTIDADE PARTICIPANTES	HORAS CAPACITADAS
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Auditoria	1	33
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Auditoria	1	24
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Auditoria	30	900
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Auditoria	4	108
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Auditoria	2	56
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Auditoria	1	25
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Auditoria	2	56
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Auditoria	3	81
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Auditoria	1	18
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Correição	1	12
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Auditoria	2	38
Papéis de Trabalho na Auditoria Interna Governamental	Auditoria	8	128
Elaboração de Relatórios de auditoria	Auditoria	4	96
Oficina - Planejamento de auditoria	Auditoria	5	105
Gestão de Riscos em Processos de Trabalho (segundo o Coso)	Auditoria	1	20
Treinamento em Gerenciamento de Riscos	Auditoria	2	18
Treinamento em Gestão de Riscos	Auditoria	2	20
Gestão de Riscos em Projetos de Transformação Digital	Auditoria	1	10
Apresentação módulo Gestão de riscos (SAEWEB) para Controladorias	Auditoria	1	5
ABR - Auditoria Baseada em Riscos - Setoriais e Seccionais	Auditoria	1	3
Oficina: Execução de auditoria	Auditoria	5	70
Técnicas de Auditoria Interna Governamental	Auditoria	2	48
Capacitação e-Aud (Sistema de gerenciamento de dados e informações de Auditoria) - Processo de Auditoria no Sistema e-Aud.	Auditoria	3	90
Equilíbrio fiscal	Auditoria	1	40
Como Fiscalizar com Eficiência Contratos Públicos	Auditoria	1	20
Introdução a gestão de projetos	Auditoria	1	20
Controles na Administração Pública	Auditoria	1	30
Fundamentos da Integridade Pública: Prevenindo a Corrupção	Transparência e Integridade	1	25
2ª Etapa do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção: Transparência	Transparência e Integridade	1	2
Workshop: Responsabilidade e Corporativa por Corrupção e os programas de Integridade.	Transparência e Integridade	2	12
Governo Aberto: Transparência e Dados Abertos	Transparência e Integridade	1	40
Governo Aberto	Transparência e Integridade	1	10
1º Encontro do Grupo de estudos de integridade Pública	Transparência e Integridade	2	4
2º Encontro do Grupo de Estudos em Integridade Pública	Transparência e Integridade	2	4
3º Encontro do Grupo de Estudos em Integridade Pública	Transparência e Integridade	2	4



CAPACITAÇÃO	ÁREA	QUANTIDADE PARTICIPANTES	HORAS CAPACITADAS
Governança de Dados	Transparência e Integridade	2	60
Estudo orientado: Eixos dos programas de integridade pública	Transparência e Integridade	1	2
Ética e Serviço Público	Transparência e Integridade	1	30
Web Seminário: Vamos Falar de Auditoria?	Auditoria	1	3
WebSeminário: Direito Administrativo Sancionador	Correição	63	378
WebSeminário: Novo Decreto Conflito de Interesses	Transparência e Integridade	23	69
Programa de Capacitação LGPD	Transparência e Integridade	1	4
Proteção de Dados Pessoais no Setor Público	Transparência e Integridade	1	15
Workshop: Proteção pessoal	outro	2	8
Seminário: Atividade Policial: Da Sobrevivência à Liderança	outro	4	32
Linguagem simples aproxima o governo das pessoas.	outro	1	20
Linguagem de programação R	outro	1	30
Microsoft Excel 2016 - Básico	outro	7	105
Microsoft Excel 2016 - Intermediário	outro	4	80
Microsoft Excel 2016 - Avançado	outro	2	60
Microsoft word 2016 - básico	outro	4	36
Microsoft word 2016 - Intermediário	outro	2	24
Microsoft word 2016 - Avançado	outro	2	16
Power BI		1	23
Redação oficial e Noções de SEI e suas aplicações	outro	7	70
SEI	outro	1	20
Gestão de Documentos	outro	2	16
Introdução as práticas arquivísticas	outro	1	27
MAP - Mapa de Atribuição por Produto (mapeamento da força de trabalho)	outro	1	50
Contabilização de benefícios	Auditoria	3	30
1º Café com NUCAD 2022 - Apresentação do Plano de Prevenção 2022	Correição	38	76
2º Café com NUCAD 2022	Correição	1	2
Curso de Aperfeiçoamento de Armamento e Tiro - CAAT	outro	4	48
Curso Compromisso de Ajustamento Disciplinar (CAD)	Correição	92	276
Curso: Boas práticas em antiterrorismo	outro	4	104
Impactos da LGPD nos procedimentos disciplinares	Correição	20	40
Seminário: Introdução à Inteligência de Estado e de Segurança Pública	outro	1	8
Palestra: Inteligência e Crime Organizado	outro	1	4
Palestra: Inteligência Estratégica e a Relevância do Compartilhamento e Conhecimento Interorganizacional	outro	1	4
Palestra: Tecnologia e Atividade de Inteligência	outro	1	3
Palestra: Análise de Risco e a Produção do Conhecimento	outro	1	2
Impactos da LGPD nos procedimentos disciplinares	Correição	20	40
Seminário: Introdução à Inteligência de Estado e de Segurança Pública	outro	1	8
Palestra: Inteligência e Crime Organizado	outro	1	4



CAPACITAÇÃO	ÁREA	QUANTIDADE PARTICIPANTES	HORAS CAPACITADAS
Palestra: Inteligência estratégica e a Relevância do Compartilhamento de Conhecimento Interorganizacional	outro	1	4
Palestra: Tecnologia e Atividade de Inteligência	outro	1	3
Palestra: Análise de Risco e a Produção do Conhecimento	outro	1	2
Curso SEI PAD-e 2022	Correição	104	312
WebSeminário: Segurança Psicológica - Estou no caminho certo?	outro	1	3
Curso Introdutório de Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas com base na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)	Correição	51	459
Combate à Corrupção - Gestão De Pessoal e Corregedorias	Correição	1	20
Docência em Segurança Pública: Noções Básicas	outro	1	30
Políticas Públicas De Segurança - Noções Introdutórias	outro	1	30
13º Encontro anual do CONSET com as Comissões de Ética	outro	2	8
Encontro anual do CONSET com as Comissões de Ética	outro	1	8
Programa Dia Internacional Contra a Corrupção: Poder Público e Sociedade Civil no Combate à Corrupção	outro	1	5
1º Webnário da Revista Susp: Segurança Pública e Perspectivas	outro	3	24
Curso de inteligência emocional e gestão de conflitos	outro	1	10
1º Congresso Brasileiro de Gestão Pública e Direito Administrativo	outro	1	16
1º Congresso brasileiro de segurança pública da EMD	outro	1	16
Curso: Seminário Estadual de Prevenção e Combate a prática de Assédio Moral no âmbito da Administração Pública Estadual	Correição	2	6
Juízo de admissibilidade no assédio moral		10	20
Operador MARC 1 - APH de Combate DEPEN MG	outro	3	36
Curso de prática correccional	Correição	2	48
Curso de Formação de Brigada de Incêndio Orgânico - Nível Intermediário / 2022, Fase EAD	outro	1	12
Crimes Cibernéticos: Os Principais Riscos e Técnicas Básicas de Prevenção	Correição	1	20
Capacitação Continuada da Corregedoria-Geral da Advocacia da União - "A importância da Prova Testemunhal no Direito Administrativo Disciplinar", realizado na plataforma YouTube pela Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal - EAGU e pela CGAU	Correição	1	2
Lançamento do Manual de Apuração de Ilícitos Administrativos	Correição	1	3
Direito Constitucional da Formação de Diretores do Sistema Penitenciário	outro	1	10
Teoria Jurídica do Direito Penal da Formação de Diretores do Sistema Penitenciário	outro	1	6
Capacitação em SRPJ	outro	1	6
Administração das Finanças/Preparação para Aposentadoria	outro	1	64
Manuseio de Arma de Fogo	outro	2	24
Curso de Formação em Direitos Étnicorraciais	outro	1	60
Português - Interpretação de Texto e Emprego de Regras Gramaticais	outro	1	40
Encontro virtual com gestores e servidores das unidades prisionais para apresentação e	outro	1	3



CAPACITAÇÃO	ÁREA	QUANTIDADE PARTICIPANTES	HORAS CAPACITADAS
instruções sobre a Diretoria de Atenção a Saúde do Servidor			
			5.312

Fonte: Relatório de Atividades de Controle Interno- RACI #1387862.

6.2. AÇÕES DE CORREIÇÃO

a) Destacamos na tabela abaixo, o quantitativo de procedimentos instruídos pelo Núcleo de Correição Administrativa (NUCAD) da SEJUSP, quais sejam: Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD); Processo Disciplinar Simplificado (PDS) e Sindicância Administrativa Investigatória (SAI). Os dados referentes às Ações de Correição, foram extraídos do Relatório de Atividades de Controle Interno (RACI) 2022 CSET/SEJUSP⁸.

Tabela Resumo 5 - Status e quantitativos dos procedimentos formalizados no NUCAD da SEJUSP

LEVANTAMENTO EXERCÍCIO 2022 - PROCEDIMENTOS INSTAURADOS- NUCAD/CSET/SEJUSP													
TIPO DE PROCEDIMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PAD - Processo Administrativo Disciplinar	22	73	38	33	42	65	61	63	73	56	36	83	645
PDS - Processo Disciplinar Simplificado	2	7	4	6	6	8	6	8	6	8	6	13	80
SAI - Sindicância Administrativa Investigatória	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
TOTAL	24	80	42	39	48	73	68	71	79	64	42	96	726

Fonte: NUCAD/CSET/SEJUSP - Relatório de Atividades de Controle Interno- RACI - E-Aud #1387862.

b) No âmbito da Corregedoria Geral do Estado (COGE/CGE), foram instaurados em 2022, 8 (oito) Processos Administrativos Disciplinar; 01 (hum) Sindicância Administrativa Disciplinar (SAD) e 01 (hum) Sindicância patrimonial (SPA), conforme tabela seguinte;

⁸ Relatório de Atividades de Controle Interno- RACI - E-Aud #1387862.



Tabela Resumo 6 - Status e quantitativos dos procedimentos formalizados na COGE/CGE

CONCLUSÃO	QUANTIDADE DE PROCESSOS		
	PAD	SAD	SPA
Decidido/Arquivamento	6	1	-
Instrução	1	-	1
Julgamento	1	-	-
TOTAL	8	1	1

Fonte: COGE/CGE - Processo nº 1520.01.0001426/2023-20.

6.3. AÇÕES DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

Com relação às ações de Transparência e Integridade, destacamos as ações executadas pela Coordenadoria de Transparência e Integridade (CTI) da SEJUSP. Os dados referentes às essas ações, foram extraídos do Relatório de Atividades de Controle Interno (RACI) - CSET/SEJUSP⁹.

Quadro Resumo 4 - Execução das ações de Transparência e Integridade

Ação Planejada/ Extraordinária	Status	Resultados	Observações/Justificativas
Apoio ao 2º Ciclo de Avaliação de Governança dos Conselhos Estaduais de Políticas Públicas	Concluído	Formulário de Avaliação E-Aud #1303899	Relatório de Governança a ser emitido pela SUTI da CGE
Acompanhar o preenchimento dos dados das Instituições Participativas no Sistema/Portal dos Conselhos - 1º semestre	Concluído	Checklist E-Aud #1376207 #1376255 #1376274	Checklist preenchido para 03 Instituições de Controle Social
Acompanhar o preenchimento dos dados das Instituições Participativas no Sistema/Portal dos Conselhos - 2º semestre	Concluído	Checklist E-Aud #1211908 #1211910 #1211911	Checklist preenchido para 03 Instituições de Controle Social

⁹ Relatório de Atividades de Controle Interno- RACI - E-Aud #1387862.



Ação Planejada/ Extraordinária	Status	Resultados	Observações/Justificativas
Realizar a gestão do SISPMPPI no órgão ou entidade em que atua, estimulando o uso do sistema na formulação, execução, monitoramento e avaliação do Plano de Integridade do órgão	Concluído	Relatórios, Resoluções, Cartilhas e Cursos E-Aud #1155087 #1168065 #1253598 #1255307 #1265538 #1265544 #1173923 #1183940 #1252430 #1183593 #1197107 #1247840 #1150179 #1150194 #1252426 #1179681 #1176813 #1175745	RISP 140 hs Resolução #1155087 e Cartilha #1168065 Cartilhas Nepotismo e Conflitos de Interesses 140 hs #1253598 #1255307 Brindes 140 hs Resolução e Cartilha #1265538 #1265544 SISPMPPI 756 hs (Cadastro de Usuários, Treinamento Instância, Atualização PI #1173923 #1183940 #1252430, Relatórios SISPMPPI #1183593 #1197107 #1247840 e Revisão PI com Instância #1150179 #1150194 #1252426) Capacitação Integridade 14 hs #1179681 Capacitação Gestão de Riscos 35 hs #1176813 Capacitação DBV 35 hs #1175745
Consolidar os resultados e os benefícios diretos e indiretos alcançados no órgão ou entidade ao longo do ano com as ações de integridade	Concluído	Questionário On-line E-Aud #1177286	Aplicado de Questionário On-line ao Controlador Setorial
Avaliar cumprimento do Decreto nº 47.185/2017 no órgão ou entidade, em relação a implementação dos planos de integridade específicos	Concluído	Relatório Diagnóstico de Integridade E-Aud #1271219	Aplicado o Diagnóstico de Integridade
Fomento à abertura de dados	Concluído	Relatório de Transparência E-Aud #1336781	Abertura da dados públicos da SEJUSP

Fonte: Relatório de Atividades de Controle Interno (RACI) 2021 CSET/SEJUSP - E-Aud #1387862.

Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade -
Coordenadoria de Auditoria, 20 de março de 2023.

Cátia Viviane Vieira Lemos
Assessora da Coordenadoria de
Auditoria
MASP.1.103.421-2

Hilton Eduardo de Assis Almeida
Assessor da Coordenadoria de
Auditoria
MASP: 1.135.182-2



Júlia Priscila de Jesus Teixeira
Coordenadora de Auditoria CAU/NATI
MASP: 1.372.164-2

Ramon Diego de Carvalho
Auditor Chefe do Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade -
NATI
MASP: 1.336.920-2

De acordo.

Uriel Brandão de Rezende Alvim Segundo
Controlador Setorial CSet/SEJUSP
MASP: 1.261.620-7



Apêndice A – Detalhamento das medidas implementadas e em curso, e das medidas pendentes de implementação, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), que foram recomendadas em documentos de auditoria ou constantes no Plano de Ação elaborado pelo gestor.

Quadro 1 – Ações implementadas e não implementadas

Título da ação	Inconformidades apuradas	Medidas saneadoras recomendadas	Medidas implementadas pelo gestor	Medidas não implementadas pelo gestor
Consultoria de Gerenciamento de Riscos do Macroprocesso Monitoração Eletrônica dos Custodiados com Tornozeleiras Relatório de Consultoria E-Aud #1308857 Data de emissão: 30/08/2022	Não se Aplica	Plano de Ação de Gerenciamento de Riscos do Macroprocesso Monitoração Eletrônica dos Custodiados com Tornozeleiras.	Emissão do Plano de Ação de Gerenciamento de Riscos do Macroprocesso Monitoração Eletrônica dos Custodiados com Tornozeleiras. Ações do Plano de Ação em Andamento.	



Título da ação	Inconformidades apuradas	Medidas saneadoras recomendadas	Medidas implementadas pelo gestor	Medidas não implementadas pelo gestor
Avaliação da Concessão Irregular de Benefícios Extra aos Terceirizados da MGS Relatório de Auditoria E-Aud #1161719 Data de emissão: 31/01/2023	Ausência de códigos específicos de tratamento da folha de frequência que definam a que se refere a falta do funcionário, seja pelo motivo de folgas regulamentares, e, até mesmo as folgas extras, ou seja pela troca de turno ou escalas, e outros, como abonos, o que pode causar impacto negativo no controle e consequentemente nos pagamentos. 2) Precariedade na coleta das informações sobre o ponto dos funcionários, uma vez que é realizada por meio de um pen drive, possibilitando a perda de dados, corrompimento, e, inclusive a perda do próprio dispositivo. Ausência de um controle unificado de faturamento e pagamento, impossibilitando a identificação do custo detalhado, individualizado por funcionário, contendo tudo o que ele representa financeiramente ao Estado de Minas Gerais, com a demonstração da efetiva prestação de serviços, até chegar ao valor total do posto de trabalho que é o valor final e acordado em contrato. Concessão de 1.007 (mil e sete) folgas extracontratuais, nos anos de 2017 a 2021, usufruídas pelos funcionários da empresa MGS, que laboram na função de teledigifonistas, lotados no CIAD e no DDU. Concessão de 4.995:20:27 (quatro mil e novecentos e noventa e cinco horas, vinte minutos e vinte e sete segundos) de pausas/ intervalos extracontratuais acima do que prevê a norma regulamentadora das condições de trabalho dos teledigifonistas - NR-17, aos colaboradores da MGS, lotados no CIAD e DDU, referente ao contrato celebrado entre a SEJUSP, por intermédio da SEPLAG, e a empresa Minas Gerais Serviços e Administração S.A - MGS. Concessão irregular de folgas extracontratuais, no dia 03/10/2006, conforme atas de reuniões do Colégio Técnico Operativo do CIAD - Centro Integrado de Atendimento e Despacho, colegiado este composto com representantes das áreas de seguranças, os servidores: Thatiane Viana Alves,	Buscar o ressarcimento por vias administrativas com os diversos responsáveis da SEJUSP e outros Órgãos, e, caso este não seja alcançado, instaurar Tomada de Contas Especial para ressarcir o dano ao erário no valor histórico de R\$ 148.113,94 (cento e quarenta e oito mil, cento e treze reais e noventa e quatro centos) referente as folgas extracontratuais, na amostra de 2017 a 2021, e também no valor histórico de R\$ 128.505,22 (cento e vinte e oito mil, quinhentos e cinco reais e vinte e dois centavos), na amostra de 2019 a 2021, referente as pausas/ intervalos extracontratuais. Apurar os outros 90% da amostra, referente dano ao erário no universo auditável de 2017 a 2021, relativo as folgas extra contratuais usufruídas pelos funcionários da contratada, e de 2019 a 2021, relativo a pausas/ intervalos extra contratuais usufruídos pelos funcionários da contratada, acima do que prevê a norma regulamentadora, NR17. Converter o ato que suspendeu as folgas (documento SEI 39320020, em 09/12/2021), para interrupção definitiva das folgas e pausas extracontratuais dos funcionários lotados no CIAD e no DDU, na função de teledigifonistas. Encaminhamento ao NUCAD para avaliar a admissibilidade da apuração de responsabilidade,	Não Aplicável, implementação com prazo a vencer em 14/04/2023	Não Aplicável, implementação com prazo a vencer em 14/04/2023

Título da ação	Inconformidades apuradas	Medidas saneadoras recomendadas	Medidas implementadas pelo gestor	Medidas não implementadas pelo gestor
Avaliação da Irregularidade na falta de andamento nos processos de Acúmulo de Cargo Relatório de Auditoria E-Aud #1206823 Data de emissão: 21/12/2022	Não cumprimento do fluxo para verificação da licitude dos processos de acúmulo de cargos, por parte dos gestores e responsáveis à época (Denise Riera Toledo Nora, Masp: 1051308-3; Nivalda Rodrigues Vilete, Masp: 1.331.087-5; e Soraia de Fátima M. Oliveira, Masp: 2633162), considerando que, não houve o envio tempestivo à Seplag para avaliação da licitude dos 16 (dezesesseis) casos em que houve a auto declaração de acúmulo de 2019 até 2021 (ativos e não ativos), o que pode ter sido causado pela falta de instrumentos de controle e padronização no processo; Segundo entrevistas realizadas junto aos servidores da diretoria responsável pela formalização dos processos de acúmulo, houve orientação da Capitão Gilcélia Aparecida de Oliveira Ramos, Masp: 1272633-7 para manter a interrupção do fluxo de tramitação dos processos, durante o período em que esteve na função de Chefe de Gabinete, sendo a referida Chefe de Gabinete uma dos servidores que não teve seu processo de acúmulo tramitado, ainda que o tenha declarado; Os processos de acúmulo de cargos não foram instaurados conforme as normas legais vigentes e os documentos pertinentes, não foram solicitados pela SRH, conforme determinado no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.841/2011. Considerando o nosso universo auditável de 16 (dezesesseis) casos auto declarados identificados no Relatório de Posse da SEJUSP, nenhum processo havia sido aberto, inclusive, após a instituição do Sistema de Posse da SEJUSP em 10/12/2018, mas não sendo possível precisar o início dessa situação irregular; Dos 08 (oito) processos de servidores ativos tramitados intempestivamente, a partir de 2022, encaminhados para análise da Diretoria Central de Gestão de Direitos do Servidor (DCGDS/Seplag), não foram publicadas, até 28/07/2022, as decisões sobre 04 (quatro) servidores: Jeferson Botelho Pereira, Masp 386039-2; Ricardo Dolabella Marques, Masp 1490583-0; Carlito Soares Moreira, Masp 1.483.883-3 e Leonardo Bráulio Ferreira	Encaminhamento ao NUCAD para apuração de responsabilidades em face das servidoras: Capitão Gilcélia Aparecida de Oliveira Ramos, Masp: 1272633-7, por ter, em tese, orientado a servidora Denise Riera Toledo Nora, Masp: 1051308-3, a não realizar o procedimento devido para verificação de acúmulo de cargo; Denise Riera Toledo Nora, Masp: 1051308-3, por ter, em tese, cumprido ordem ilegal; Nivalda Rodrigues Vilete, Masp: 1.331.087-5; e Soraia de Fátima M. Oliveira, Masp: 2633162, que detinham a responsabilidade de instruir os processos de acúmulo e remetê-los à Seplag para avaliação, e não o fizeram acatando, em tese, a ordem ilegal, inclusive observando a cadeia hierárquica para tomada de decisão (Superintendente/Diretores); Capacitar continuamente os servidores da área de recursos humanos, de modo a reforçar as determinações da Lei Estadual nº 869/1952 quanto ao processo de verificação da licitude dos processos de acúmulo de cargos, e demais normas vigentes pertinentes, além de boas práticas de gestão de pessoas; Covalidar a verificação da licitude dos processos de acúmulo de cargos dos processos pendentes relativos aos 08 (oito) servidores já exonerados, quais sejam: Alexandre Leão Batista Silva, Masp: 1.167.839-8; Elton	Capacitar continuamente os servidores quanto ao processo de verificação da licitude dos processos de acúmulo de cargos; Cobrar e acompanhar a publicação, pela Seplag, dos processos de acúmulo de cargos encaminhados intempestivamente, cujo prazo de publicação está expirado; Encaminhamento ao NUCAD para apuração de responsabilidades em face das servidoras; Aprimoramento do Sistema de Posse implementando mecanismos de condicionamento; Aprimoramento do Sistema de registro de Acúmulo de Cargos e Funções - ACFweb, quanto a sua interligação com outros sistemas; Padronização da organização das pastas funcionais; Definição de um desenho de fluxo operacional e elaboração de checklist, quanto a posse e a análise dos documentos relativos aos processos de acúmulo.	Registrar o arquivamento por perda de objeto dos processos de acúmulo de cargos relativos aos 08 (oito) servidores já exonerados.



Título da ação	Inconformidades apuradas	Medidas saneadoras recomendadas	Medidas implementadas pelo gestor	Medidas não implementadas pelo gestor
Consultoria no Gerenciamento de Riscos de Convênios e Parcerias - Fase elaboração e Prestação de Contas Relatório de Auditoria E-Aud #1173395 Data de emissão: 19/05/2022	Não se Aplica	Plano de Ação de Gerenciamento de Riscos de Convênios e Parcerias - Fase elaboração e Prestação de Contas.	Emissão do Plano de Ação de Gerenciamento de Riscos de Convênios e Parcerias - Fase elaboração e Prestação de Contas. Ações do Plano de Ação em Andamento.	



Título da ação	Inconformidades apuradas	Medidas saneadoras recomendadas	Medidas implementadas pelo gestor	Medidas não implementadas pelo gestor
Avaliação da Cessão Irregular de Servidores Relatório de Auditoria E-Aud #1092060 Data de emissão: 13/04/2022	No universo auditável de 80 (oitenta) servidores cedidos, 85% dos processos digitais iniciais de cessão não foram disponibilizados, ou seja, para 68 (sessenta e oito) servidores cedidos não foram apresentados processos digitais iniciais. Ainda, 100% das pastas físicas disponibilizadas tempestivamente, não apresentaram o processo de cessão inicial, ou seja, todas as 70 (setenta) pastas físicas, no universo auditável de 80 (oitenta) servidores cedidos;	Localizar os 68 (sessenta e oito) processos de cessão digitais iniciais não enviados para a Coordenadoria de Auditoria e organizá-los em meio de fácil disponibilização, constatada a sua existência. Ou realizar as respectivas convalidações necessárias ao reestabelecimento da sua regularidade processual inicial da cessão, organizando em meio de fácil disponibilização para necessidades de consultas futuras;	Manter atualizada a planilha de controle dos servidores cedidos; Registrar nas 70 (setenta) pastas físicas avaliadas pela Coordenadoria de Auditoria, os processos iniciais não constantes de cessão de servidores; Localizar os 35 (trinta e cinco) processos digitais de prorrogação de cessão de servidores não enviados; Registrar nas 70 (setenta) pastas físicas avaliadas pela Coordenadoria de Auditoria, os processos de prorrogação não constantes de cessão de servidores;	Localizar os 68 (sessenta e oito) processos de cessão digitais iniciais não enviados.
	No universo auditável de 126 (cento e vinte e seis) processos digitais de prorrogação de cessão de servidores, constantes nas planilhas de controle da DGP, não tivemos acesso a 28% desses processos, ou seja, 35 (trinta e cinco). Ainda, 100% das pastas físicas disponibilizadas tempestivamente, não apresentaram estes processos de prorrogação em meio físico, ou seja, em todas as 70 (setenta) pastas físicas não haviam registros destes processos, no universo auditável de 80 (oitenta) servidores cedidos;	Registrar nas 70 (setenta) pastas físicas avaliadas pela Coordenadoria de Auditoria, os processos iniciais não constantes de cessão de servidores, e nas outras 10 (dez) pastas físicas não disponibilizadas tempestivamente, registrar também os processos iniciais de cessão de servidores, se os mesmos já não constarem;	Localizar os documentos faltantes relativos aos 05 (cinco) processos digitais (inicial e de prorrogação) de cessão de servidores; Registrar nas 05 (cinco) pastas físicas os documentos faltantes, relativos aos processos digitais (inicial e de prorrogação) de cessão de servidores;	
	No universo auditável de 206 (duzentos e seis) processos digitais (inicial e de prorrogação) de cessão de servidores, constantes nas planilhas de controle da DGP, relativo a 103 (cento e três) processos digitais (iniciais e de prorrogação) disponibilizados, identificamos 05 (cinco) processos faltando documentos necessários ao preenchimento dos critérios para cessão dos servidores, sendo um dos processos convalidado. Ainda, os mesmos documentos não constavam em meio físico, ou seja, nas 70 (setenta) pastas físicas;	Localizar os 35 (trinta e cinco) processos digitais de prorrogação de cessão de servidores não enviados para a Coordenadoria de Auditoria e organizá-los em meio de fácil disponibilização, constatada a sua existência. Ou realizar as respectivas convalidações necessárias ao reestabelecimento da sua regularidade processual de prorrogação da cessão,	Instrumentalizar e exigir que as solicitações de cessão futuras, tenham informações suficientes e técnicas, tais como: conhecimentos, habilidades e área de formação; Localizar as justificativas/motivações da prorrogação da cessão faltantes, relativas aos 04 (quatro) processos digitais (inicial e de prorrogação);	
	Nos exames realizados nos processos digitais disponibilizados (inicial e de prorrogação), que totalizam 103 (cento e três) e nas 70 (setenta) pastas físicas, em 99 (noventa e nove) processos, ou seja, 96%, não constam na solicitação de cessão emitida pelo			

Fonte: Relatório de Atividades de Auditoria Interna- RAIN-T - NATI/CSET/SEJUSP - E-Aud #1393759.



Quadro 2 - Status das recomendações expedidas por órgãos de controle externo e conselhos

Título da ação	Status	Especificação das recomendações, por status
Não Houve	Recomendações emitidas e implementadas	Não Houve
	Recomendações emitidas, com prazo de implementação expirado	Não Houve

Fonte: Relatório de Atividades de Auditoria Interna- RAIN-T - NATI/CSET/SEJUSP - E-Aud #1393759.

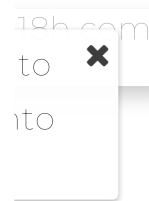
RECIBO DE REMESSA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
REGISTRO OU RECEBIMENTO DA SEGUINTE REMESSA

Protocolo: 6381554207300000000

órgão: Secretário de Estado da Justiça e Segurança Pública

Data de envio: 27/03/2023 19:27:53



RELATÓRIO DOS RESULTADOS DAS AUDITORIAS DE 2022 E DO MONITORAMENTO DAS CONTAS ANUAIS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

#1409989

Exercício 2022

**1451 – Secretaria de Estado de Justiça e
Segurança
Pública (SEJUSP)**

20/3/2023

**CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO**



**MINAS
GERAIS**

**GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.**



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais

RELATÓRIO DOS RESULTADOS DAS AUDITORIAS DE 2022 E DO MONITORAMENTO DAS CONTAS ANUAIS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - EXERCÍCIO 2022

Nº 1409989

**Órgão/Entidade: 1451 – Secretaria de Estado de
Justiça e Segurança Pública (SEJUSP)**



MISSÃO DA CGE

Promover a integridade e aperfeiçoar os mecanismos de transparência da gestão pública, com participação social, da prevenção e do combate à corrupção, monitorando a qualidade dos gastos públicos, o equilíbrio fiscal e a efetividade das políticas públicas.



QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO?

Trata-se de auditoria realizada em cumprimento às determinações do art. 10 da IN nº 14 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), de 14 de dezembro de 2011, e da Decisão Normativa TCEMG nº. 02, de 19 de dezembro de 2022.



LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CGE - Controladoria-Geral do Estado

CSET - Controladoria Setorial

CTI - Coordenadoria de Transparência e Integridade

NATI - Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade

NUCAD - Núcleo de Correição Administrativa

PACI - Plano Anual de Controle Interno

RACI - Relatório de Atividades de Controle Interno

RAINT - Relatório de Atividades de Auditoria Interna

SEJUSP - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

TCE - Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. DESTAQUE DAS AÇÕES DE AUDITORIA DE 2022: SÍNTESE DOS PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS EM 2022, INCLUSIVE AS AÇÕES DE AUDITORIA PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO COVID-19:	8
2.1 AÇÕES DE AUDITORIA PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO COVID-19:	8
2.2 SÍNTESE DOS PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS EM 2022:	8
3. TRABALHOS DE AUDITORIA REALIZADOS EM 2022 ..	13
4. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	16
4.1 RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (SEJUSP):	17
4.2 DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DECORRENTES DA ATUAÇÃO AO LONGO DO PERÍODO	20
5. RESULTADO DO MONITORAMENTO DAS DECISÕES EXPEDIDAS POR ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO, PELO CONSELHO FISCAL E PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, SE HOUVER	23
6. OUTRAS AÇÕES OU ATIVIDADES RELEVANTES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2022	24
6.1.DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS	24
6.2.AÇÕES DE CORREIÇÃO	28
6.3.AÇÕES DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE	29



1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento às determinações do art. 10 da IN nº 14 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), de 14 de dezembro de 2011, e da Decisão Normativa TCEMG nº. 02, de 19 de dezembro de 2022, apresenta-se o Relatório dos Resultados das Auditorias de 2022 e do Monitoramento das Contas Anuais de Exercícios Anteriores - Exercício 2022, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) - U. O. 1451-, sediada na Rodovia Papa João Paulo II, Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves - Edifício Minas, 3º Andar, Serra Verde, Belo Horizonte/MG, CEP 31.630-900.

O trabalho foi realizado consoante normas e procedimentos de auditoria, incluindo, consequentemente, provas em registros e documentos correspondentes na extensão julgada necessária, segundo as circunstâncias, à obtenção das evidências e dos elementos de convicção sobre as ocorrências detectadas.

O trabalho foi executado pela Controladoria Setorial da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP/MG, por meio da Coordenadoria de Auditoria, unidade integrante do Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade - CSET/NATI/CAU, conforme estabelecido no § 1º do artigo 6º do Decreto nº 47.795 de 19/12/2019, em cumprimento as suas atribuições.

A execução dos trabalhos foi orientada pela Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais, nos termos da competência que lhe é atribuída pelo art. 49 da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, por intermédio da Auditoria-Geral do Estado, conforme Ordem de Serviço CGE/AUGE Nº 04/2023, Comunicação Interna CGE/AHCS nº. 3/2023 - Prestações de Contas Anuais de 2022¹.

Os trabalhos de auditoria realizados em 2022 seguiram as diretrizes técnicas estabelecidas pela Resolução CGE nº 36, de 29 de outubro de 2018, posteriormente substituída pela Resolução CGE nº 24, de 17 de julho de 2020, Resolução CGE nº 09, de 2 de abril de 2020 e pela Resolução CGE nº 36, de 30 de novembro de 2021.

¹ Processo nº 1520.01.0001426/2023-20.



O relatório está estruturado em tópicos e circunstanciado em sínteses para atendimento do art. 6º Decisão Normativa TCEMG nº 02, de 19 de dezembro de 2022.

2. DESTAQUE DAS AÇÕES DE AUDITORIA DE 2022: SÍNTESE DOS PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS EM 2022, INCLUSIVE AS AÇÕES DE AUDITORIA PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO COVID-19:

2.1 AÇÕES DE AUDITORIA PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO COVID-19:

Com relação às contratações para o enfrentamento da Pandemia do COVID-19, esclarecemos que não houve demanda de consulta ou trabalho de auditoria de avaliação relativo à essa temática, considerando que, não houve execução de despesa que deve ser auditada, na Unidade de Programação de Gasto específico para contratações destinadas ao combate e enfrentamento da pandemia - UPG 959, qual seja contratações de bens e serviços.

2.2 SÍNTESE DOS PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS EM 2022:

- Relatório de Consultoria E-Aud #1308857 - Consultoria de Gerenciamento de Riscos do Macroprocesso Monitoração Eletrônica dos Custodiados com Tornozeleiras: Consultoria sobre a Aplicação do Gerenciamento de Riscos no macroprocesso de instalação, desinstalação, manutenção e controle de Monitoração Eletrônica dos Custodiados com tornozeleiras eletrônicas, executados na Unidade Gestora de Monitoração Eletrônica - UGME/DEPEN, com o objetivo geral de auxiliar a organização na identificação e avaliação dos riscos existentes no processo, a fim de tentar prever e mitigar possíveis problemas e disfunções, quando na execução das atividades, tendo como objetivos específicos:
 - Compreender a rotina das atividades da Unidade Gestora de Monitoração Eletrônica - UGME sobre instalação, desinstalação, manutenção e controle; e obter fontes de documentação do processo, e acesso a sistemas informatizados;
 - Identificar o mapeamento do fluxo dos processos de instalação, desinstalação, manutenção e controle de Monitoração Eletrônica de tornozeleiras eletrônicas;
 - Identificar e avaliar os riscos relevantes a cada atividade realizada nos processos de instalação, desinstalação, manutenção e controle de Monitoração Eletrônica de tornozeleiras



eletrônicas;

- Identificar a estrutura de controles existente e aplicada aos riscos;
- Identificar as possíveis fragilidades na estrutura de controle.

- Nota de Auditoria E-Aud #1266840: Consulta e Assessoramento - Consultoria sobre Regime de Adiantamentos para realização de pagamento de Despesas Miúdas, quanto: a qual material pode ser adquirido e qual serviço pode ser contratado; seus prazos para utilização e devida prestação de contas; quantos recursos podem ser utilizados por demanda; a orientação para realização do mínimo de três orçamentos; dentre outros.
- Nota de Auditoria E-Aud #1376292: Consulta de origem da Subsecretaria de Inteligência e Atuação Integrada a qual solicita providências quanto a ausência de documentação que gerou a glosa relativas às metas e 1 e 2, no montante de R\$ 1.897.209,62 no Convênio Federal nº 042/2003.
- Nota de Auditoria E-Aud #1353339: Consulta de origem da Subsecretaria de Inteligência e Atuação Integrada a qual visa saber sobre a existência de danos ao erário e outras providências a serem adotadas em virtude de pagamento realizado fora da vigência do Convênio nº 004/2003.
- Nota de Auditoria E-Aud #1320973: Apuração de Responsabilidade de Encargos Financeiros: Responder consulta da SUINT sobre Apuração de Responsabilidade de Encargos Financeiros.
- Nota de Auditoria E-Aud #1297686 - Solicitação de Consulta sobre a Reabilitação da Stillus Alimentação Ltda. para voltar a contratar com a Administração Pública do Estado de Minas Gerais.
- Nota de Auditoria E-Aud #1171993: Consultoria do Fluxo de Diversos Responsáveis com a DCF. Demanda em continuidade ao trabalho de 2021. O trabalho decorreu do contexto apresentado pela Superintendência de Planejamento Orçamento e Finanças - SPOF, por meio da Diretoria de Contabilidade e Fianças - DCF em que aponta a existência do saldo total de R\$17.786.522,87 (dezessete milhões, setecentos e oitenta e seis mil, quinhentos e vinte e dois reais e oitenta e sete centavos) na rubrica contábil "Diversos Responsáveis em Apuração" e R\$2.081.814,82 (dois milhões, oitenta e um mil, oitocentos e quatorze reais e oitenta e dois centavos) em "Créditos por Dano ao Patrimônio"- conta contábil que substituiu a nomenclatura de "Diversos



Responsáveis Apurados” após a adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) em substituição ao Plano de Contas Único. Estes saldos foram inscritos entre os anos de 1990 a 2019 e ainda subsistem até o ano de 2022.

- Nota de Auditoria E-Aud #1153902 - Consulta sobre Avaliação da regularidade sobre a manutenção da rubrica destinada ao custeio do 9º Congresso Nacional das APACs: O objeto de análise pela auditoria, recaiu sobre a rubrica constante na linha 13 do Plano de Trabalho integrante da proposta para formalização do Termo de Colaboração, a qual diz respeito ao custeio, no aporte de R\$100.000,00 (Cem mil reais), para realização do 9º Congresso Nacional das APAC's, previsto para os dias 22 a 25 de junho de 2022.
- Relatório de Gestão E-Aud #1182620 #1182654 #1182687 #1182710 - Elaboração do relatório de auditoria sobre contas de gestão do órgão/entidade e fundos vinculados: Avaliação e Compilação de Dados e Informações das Contas da Gestão para Julgamento do Tribunal de Contas MG.
- Relatório e Certificado TCE E-Aud #1377331 - Exame e certificação de Tomadas de Contas Especiais: Danos ao erário no valor de R\$ 3.068.712,95: omissão no dever de prestar contas: Tomada de Contas Especial nº 01/2020 do Convênio nº 048/2009 da APAC de Sacramento/MG.
- Certificado de Auditoria E-Aud #1334403 - Avaliação da instrução processual e certificação dos processos administrativos punitivos que concluírem pela inclusão de fornecedores no CAFIMP: Avaliação da instrução processual e certificação do Processo Administrativo punitivo - PAP nº 1450.01.0085200/2022-17, fornecedor EZN Alimentações LTDA, que concluiu pela aplicação de MULTA, no valor de R\$203.104,17 e de Suspensão Temporária de Participação em Licitação e Impedimento de Contratar com a Administração Pública Estadual, pelo período de 03 (três) anos.
- Relatório de Auditoria E-Aud #1161718 - Avaliação da Concessão Irregular de Benefícios Extra Terceirizados da MGS: O objetivo geral do trabalho consistiu em avaliar a regularidade das concessões de benefícios extras contratuais (folgas e pausas/intervalos) atribuídos, por deliberação unilateral do Colégio Técnico Operativo - CTO, aos colaboradores, na função de teledigifonistas, da empresa Minas Gerais Administração e Serviços S.A - MGS, que desempenham suas funções no Centro



Integrado de Atendimento e Despacho (CIAD) e Disque Denúncia Unificado (DDU). A partir disso, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- Avaliar a concessão dos benefícios listados abaixo: Folga extracontratual: concedida uma vez por mês a mais para os funcionários da MGS, que laboram na função de teledigifonistas, que não se ausentarem do posto de trabalho, com ou sem justificativas, e, não somassem atrasos maiores que 40 minutos; Pausas/ intervalos extracontratuais durante a jornada de trabalho: Concessão de pausas a mais do que a estabelecida em contrato e estipulada pela norma regulamentadora da categoria (NR17), qual seja, duas pausas de 10 minutos a mais.

- Relatório de Auditoria E-Aud #1206823 - Avaliação da Irregularidade na falta de andamento nos processos de Acúmulo de Cargos: O principal objetivo dessa avaliação foi auxiliar a organização na identificação e avaliação das fragilidades existentes no processo, a fim de tentar prever e mitigar possíveis problemas e disfunções, quando na execução das atividades, e, de alguma forma, contribuir com a melhoria da gestão na aplicação dos recursos públicos, oferecendo subsídio aos gestores para que implantem de forma efetiva os controles internos administrativos, o que proporcionará incremento de informações gerenciais, melhor acompanhamento do alcance das metas estabelecidas e melhoria no desempenho da Unidade na prestação dos serviços públicos à população. Ainda, verificar eventuais irregularidades nos processos ou na sua condução, tendo como objetivos específicos:
 - Identificar possíveis fragilidades operacionais no fluxo dos processos de acúmulo de cargos da SEJUSP/MG;
 - Identificar a conformidade desses processos, referentes aos servidores não ativos, a partir do ano de 2019, os quais tenham declarado o acúmulo de cargo no formulário do referido Sistema de posse da Secretaria;
 - Identificar eventuais atos ilícitos praticados contra a Administração Pública;
 - Sugerir possíveis medidas corretivas para as fragilidades ou inconformidades possivelmente identificadas.
- Relatório de Auditoria E-Aud #1092060 - Avaliação da Cessão Irregular de Servidores: O objetivo geral deste relatório consistiu na avaliação do Procedimento de Cessão de Servidores, e da regularidade na execução dos processos de cessão de servidores da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, tendo como objetivos específicos:
 - Identificar possíveis fragilidades no procedimento de cessão



de servidores no âmbito da SEJUSP/MG;

- Identificar riscos, bem como, eventuais atos ilícitos praticados contra a Administração Pública;
- Sugerir possíveis medidas corretivas ou mitigadoras para os principais riscos identificados.

- Relatório de Auditoria E-Aud #1173395 - Consultoria no Gerenciamento de Riscos de Convênios e Parcerias - Fase elaboração e Prestação de Contas: Consultoria sobre a Aplicação do Gerenciamento de Riscos no macroprocesso de convênios e instrumentos congêneres de saída, atinente aos processos de Formalização e Prestação de Contas, celebrados na Diretoria de Contratos e Convênios - DCC/SEJUSP, com o intuito de identificar os riscos associados à execução dos procedimentos, bem como a adequação dos controles, para que se possa realizar de maneira eficaz a gestão de riscos na tramitação de Convênios e Instrumentos Congêneres de Saída na SEJUSP, a fim de tentar prever e mitigar possíveis problemas e disfunções, quando na execução das atividades e, de alguma forma, contribuir com a melhoria da gestão na aplicação dos recursos públicos, oferecendo subsídio aos gestores para que implantem de forma efetiva os controles internos administrativos, o que proporcionará incremento de informações gerenciais, melhor acompanhamento do alcance das metas estabelecidas e melhoria no desempenho da Unidade na prestação dos serviços públicos à população.
- Nota de Auditoria E-Aud #1203959 - Cartilha sobre o Conflito de Interesses e Nepotismo: O trabalho decorreu das atribuições previstas no Plano de Integridade da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, publicado em 15 de dezembro de 2020, no qual foi elencado como ação a ser desenvolvida pelo Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade (NATI): "Desenvolver, propor e divulgar mecanismos de prevenção ao conflito de interesses e ao nepotismo", com o apoio interno do Núcleo de Correição Administrativa (NUCAD) e Núcleo de Apurações Especiais e Denúncias (NAED) no âmbito da Controladoria Setorial, bem como, externamente à CSet, da Comissão de Ética, da Superintendência de Recursos Humanos e da Assessoria Estratégica. O escopo da atividade compreendeu desenvolver um material informativo e didático, para conscientizar o servidor sobre questões relevantes relativas ao nepotismo e conflitos de interesses dentro das instituições públicas, bem como, trazer mecanismos de prevenção e denúncia. Publicar Resolução própria da SEJUSP com tipificações costumeiras das denúncias recebidas e casos concretos tratados pela Secretaria, para além do Decreto



Qtd.	ÓRGÃO / ENTIDADE	DIRETORIA	PRODUTO	OBJETIVO DO TRABALHO	QUANTIDADE PRODUTO EXECUTADO	RECOMENDAÇÕES/ SUGESTÕES
				da estrutura de controle interno dos órgãos e entidades do Poder Executivo, no âmbito do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção - PNPC.		
5	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP	Superintendência Central de Fiscalização de Concessões, Estatais e Obras	Nota de Auditoria Sigilosa	SIGILOSA	1	
6	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP	Diretoria Central de Fiscalização de Pessoal e Previdência	Nota de Auditoria	Afastamentos de servidores do Poder Executivo Estadual para participação em cursos de mestrado ou doutorado no exterior com ônus para os cofres públicos	1	

Fonte: Comunicação Interna CGE/AHCS nº. 3/2023 - Processo nº 1520.01.0001426/2023-20.

O detalhamento dos documentos técnicos de auditoria emitidos encontra-se reproduzido no Apêndice A.

4. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

Diante dos trabalhos de auditoria realizados, informamos na tabela abaixo, o quantitativo das ações implementadas e das ações não implementadas no período, conforme pactuado pela Gestão e constante no Plano de Ação ou em documento de auditoria emitido, conforme dados extraídos do RAIN³.

Tabela Resumo 3 - Quantitativo de ações com recomendações emitidas e implementadas, bem como, as não implementadas

DOCUMENTO	RESULTADO QUANTO À EFETIVIDADE:	QUANTIDADE
1. Consultoria de Gerenciamento de Riscos do Macroprocesso Monitoração Eletrônica dos Custodiados com Tornozeleiras Eaud #1308857 Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração	Implementada	
	Não Implementada	
	Com medidas em curso	1

³ Relatório de Atividades de Auditoria Interna- RAIN - E-Aud #1393759.



DOCUMENTO	RESULTADO QUANTO À EFETIVIDADE:	QUANTIDADE
2. Avaliação da Concessão Irregular de Benefícios Extra Terceirizados da MGS Eaud #1161718 Plano de Ação elaborado pela gestão: () Sim () Não (X) Em elaboração	Implementada	
	Não Implementada	
	Com medidas em curso	10
3. Avaliação da Irregularidade na falta de andamento nos processos de Acúmulo de Cargo Eaud #1206823 Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração	Implementada	7
	Não Implementada	1
	Com medidas em curso	0
4. Consultoria no Gerenciamento de Riscos de Convênios e Parcerias - Fase elaboração e Prestação de Contas Eaud #1173395 Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração	Implementada	
	Não Implementada	
	Com medidas em curso	1
5. Avaliação da Cessão Irregular de Servidores Eaud #1092060 Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração	Implementada	9
	Não Implementada	1
	Com medidas em curso	0

Fonte: Planilha E-Aud #1260306 - NATI/CSET/SEJUSP.

Quanto as recomendações expedidas pelos órgãos de controle externo, pelo conselho fiscal e pelo conselho de administração, informamos que não houve.

O resultado do monitoramento dos Planos de Ação com o detalhamento das ações encontra-se reproduzido no **Apêndice A**.

4.1 RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (SEJUSP) :

No que refere-se ao exercício de 2022, essa ação não foi executada, pois o trabalho foi permutado e as horas foram direcionadas para Demandas Extraordinárias⁴.

⁴ Relatório de Auditoria E-Aud #1173395 - Gerenciamento de Riscos Convênios e Relatório de Auditoria E-Aud #1161718 - Avaliação Benefícios Extracontratuais MGS.



No exercício de 2020, foi realizado o trabalho de avaliação da estrutura de controle interno em nível de entidade da SEJUSP - Relatório de Auditoria nº 1690.0054.21 de 21/01/2021 - no qual constam os riscos relativos à governança, gerenciamento de riscos e controles internos.

Tratou-se de auditoria de natureza operacional com a finalidade de avaliar, em nível de entidade, o grau de maturidade dos controles internos da SEJUSP, órgão responsável por implementar e acompanhar a política estadual de segurança pública, de maneira integrada com a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar, e a política estadual de Justiça Penal, em articulação com o Poder Judiciário e os órgãos essenciais à Justiça, cujas competências estão previstas no Decreto 47.795, de 19 de dezembro de 2019.

Neste sentido, conforme metodologia do Tribunal de Contas da União (TCU), baseada no Comitê of Sponsoring Organization (COSO I), **a maturidade da Estrutura de Controle da SEJUSP, se encontra no nível Intermediário, quando há princípios e padrões documentados e treinamento básico sobre controles internos.**

A avaliação da estrutura de controle interno em nível de entidade, objeto deste trabalho, contemplou um conjunto de políticas, diretrizes e padrões mais abrangentes da SEJUSP. Estão relacionados com a estrutura, com a operacionalização do trabalho e com as atividades de gestão. Esses controles permeiam todo o órgão e são difundidos em todos os níveis hierárquicos (operacional, tático e estratégico), em todos os processos de trabalho (área meio e área fim) e para todos os servidores.

Para tanto, foi avaliada a existência, a adequação e a efetividade dos controles internos instituídos pela SEJUSP, quanto à sua capacidade para reduzir o impacto ou a probabilidade da ocorrência de eventos de risco na execução de seus processos e atividades, por meio do diagnóstico de sua estrutura de controle.

A avaliação foi pautada nos critérios definidos pelo Comitê das Organizações Patrocinadoras - COSO, que elucida controle interno como sendo um processo constituído de cinco elementos básicos, atualmente denominados de "componentes", que se inter-



relacionam. São eles: (1) ambiente de controle; (2) avaliação e gerenciamento de riscos; (3) atividades de controle; (4) informação e comunicação; e (5) monitoramento.

O trabalho foi realizado em 02 (duas) etapas definidas metodologicamente: envio de questionário de auto avaliação sobre a estrutura de controle para preenchimento pela alta gestão da SEJUSP e avaliação técnica pelo auditor sobre as evidências de existência, adequação e efetividade dos controles internos administrativos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública que foram enviados pelo gestor na ocasião de respostas no questionário de existência de controles.

Os resultados apresentados no relatório permitiram concluir pela existência de fragilidades em relação à estrutura de controle interno da SEJUSP, notadamente as relacionadas a todos os componentes: "Ambiente de Controle", "Avaliação de Riscos", "Atividade de Controle", "Informação e Comunicação" e "Monitoramento", conforme apurado no trabalho de auditoria.

Muitas das fragilidades constatadas são concernentes: à ausência de política e/ou procedimento para detecção, tratativa e quantificação de ocorrência de desvios éticos e de conduta; inexistência de política formal de gestão de riscos para avaliação de controles que devem ser periodicamente revisados; inexistência de Comitê Interno de Governança constituído; inexistência de determinação de prestação de contas dos atos delegados; falta uma estrutura robusta de controles para monitorar, medir e avaliar a eficácia e eficiência dos atos de gestão; inexistência de Regimento Interno; ausência da política de gestão de pessoas que inclua plano de capacitação permanente, mapeamento de competências, avaliação de desempenho dos contratados, e que monitore e avalie o desenvolvimento dessas competências; ausência de monitoramento formal de atos, processos e procedimentos por parte da alta administração; inexistência de Planejamento Estratégico e Planos tático e operacional institucionalizados; ausência de indicadores e medidas de controles da efetividade de ações, de formalização e registro de procedimentos; falta de registros sistemáticos das atividades de controle nos diversos níveis organizacionais; ausência de medidas de desempenho para avaliar a efetividade das informações disponibilizadas; não utilização formal dos



insumo gerenciais para aperfeiçoamento dos controles internos; dentre outros.

Imperioso destacar que no âmbito da SEJUSP foram constatados inúmeros procedimentos positivos realizados, mas sem formalização ou fixação em uma política definida, o que prejudicou a nota do órgão neste trabalho, ademais pela dificuldade do procedimento se mostrar institucionalizado e repetível. A gestão já desenvolve ações que visam tornar efetivos e céleres os trabalhos da entidade, com intuito de alcançar objetivos e metas, como as reuniões diárias realizadas entre a alta gestão que funcionam como ferramenta de controle, permitindo discursões em tempo real de assuntos relacionados ao órgão, contribuindo para tomada de decisões tempestivas através de informações atualizadas do andamento da gestão. E ainda foram citados os projetos que se encontram em andamento, dos quais, frisa-se o Plano de Integridade, que após a total implantação, tende a estabelecer tratamento com viés preventivo a diversas fragilidades, como por exemplo, possíveis crimes de fraude e corrupção no órgão.

4.2 DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DECORRENTES DA ATUAÇÃO AO LONGO DO PERÍODO

Com relação aos benefícios financeiros e não financeiros gerados para a SEJUSP decorrentes da atuação do Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade (NATI/CSET) ao longo do exercício de 2022, demonstramos no quadro seguinte os resultados alcançados⁵:

Quadro Resumo 3 - Benefícios financeiros e não financeiros

Título da ação	Tipo de benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e repercussão	Valor (R\$)
Avaliação em Gerenciamento de Riscos de Processos Chave com Alto Risco de Fraude e Corrupção: Consultoria de Gerenciamento de Riscos do Macroprocesso Monitoração Eletrônica dos Custodiados com Tornozeleiras	Não Financeiro	Plano de Ação de Gerenciamento de Riscos do Macroprocesso Monitoração Eletrônica dos Custodiados com Tornozeleiras	Fortalecimento da gestão de riscos	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica

⁵ Relatório de Atividades de Controle Interno- RACI - E-Aud #1387862.



Título da ação	Tipo de benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e repercussão	Valor (R\$)
Relatório de Consultoria E-Aud #1308857					
Consulta sobre o regime especial de adiantamento (despesas miúdas) Nota de Auditoria E-Aud #1266840	Não Financeiro	Esclarecimentos que subsidiam a tomada de decisão dos gestores	Subsídios e/ou orientações para atuação/tomada de decisão da gestão	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Consulta sobre ausência de documentação que gerou a glosa relativas às metas e 1 e 2, no montante de R\$ 1.897.209,62 no Convênio Federal nº 042/2003 Nota de Auditoria E-Aud #1376292	Não Financeiro	Esclarecimentos que subsidiam a tomada de decisão dos gestores	Subsídios e/ou orientações para atuação/tomada de decisão da gestão	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Consulta sobre existência de danos ao erário e outras providências a serem adotadas em virtude de pagamento realizado fora da vigência do Convênio 004/2003 Nota de Auditoria E-Aud #1353339	Não Financeiro	Esclarecimentos que subsidiam a tomada de decisão dos gestores	Subsídios e/ou orientações para atuação/tomada de decisão da gestão	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Consulta sobre Apuração de Responsabilidade de Encargos Financeiros Nota de Auditoria E-Aud #1320973	Não Financeiro	Esclarecimentos que subsidiam a tomada de decisão dos gestores	Subsídios e/ou orientações para atuação/tomada de decisão da gestão	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Consulta sobre Reabilitação da Stillus Alimentação Ltda. para voltar a contratar com a Administração Pública do Estado de Minas Gerais Nota de Auditoria E-Aud #1297686	Não Financeiro	Esclarecimentos que subsidiam a tomada de decisão dos gestores	Subsídios e/ou orientações para atuação/tomada de decisão da gestão	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica



Título da ação	Tipo de benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e repercussão	Valor (R\$)
Consulta sobre Fluxo de Diversos Responsáveis com a DCF Nota de Auditoria E-Aud #1171993	Não Financeiro	Esclarecimentos que subsidiam a tomada de decisão dos gestores	Subsídios e/ou orientações para atuação/tomada de decisão da gestão	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Consulta sobre Avaliação da regularidade sobre a manutenção da rubrica destinada ao custeio do 9º Congresso Nacional das APACs Nota de Auditoria E-Aud #1153902	Não Financeiro	Esclarecimentos que subsidiam a tomada de decisão dos gestores	Subsídios e/ou orientações para atuação/tomada de decisão da gestão	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Elaboração do relatório de auditoria sobre contas de gestão do órgão/entidade e fundos vinculados Relatório de Gestão E-Aud #1182620 #1182654 #1182687 #1182710	Não Financeiro	Julgamento das contas do gestor da Secretaria	Subsídios para atendimento de determinações mandatórias	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Exame e certificação de Tomadas de Contas Especiais Relatório e Certificado TCE E-Aud #1377331	Não Financeiro	Certificação do Processo de Tomadas de Contas Especiais	Subsídios para atendimento de determinações mandatórias	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Avaliação da instrução processual e certificação dos processos administrativos punitivos que concluírem pela inclusão de fornecedores no CAFIMP Certificado de Auditoria E-Aud #1334403	Não Financeiro	Certificação do Processo Punitivo Administrativo de Fornecedores	Subsídios para atendimento de determinações mandatórias	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Avaliação da Concessão Irregular de Benefícios Extra Terceirizados da MGS Relatório de	Em apuração - No prazo	Em apuração - No prazo	Em apuração - No prazo	Em apuração - No prazo	Em apuração - No prazo



Título da ação	Tipo de benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e repercussão	Valor (R\$)
Auditoria E-Aud #1161718					
Avaliação da Irregularidade na falta de andamento nos processos de Acúmulo de Cargo Relatório de Auditoria E-Aud #1206823	Não Financeiro	Aprimoramento de processos, gestão de pessoas, responsabilização e regularização de processos.	Instauração de processos administrativos de responsabilização/ sanção; Aperfeiçoamento da gestão de pessoas/ capacitação; Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos; Aperfeiçoamento do compliance/ conformidade.	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Avaliação da Cessão Irregular de Servidores Relatório de Auditoria E-Aud #1092060	Não Financeiro	Aprimoramento de processos, gestão de pessoas e regularização de processos.	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas/ capacitação; Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos; Aperfeiçoamento do compliance/ conformidade.	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Consultoria no Gerenciamento de Riscos de Convênios e Parcerias - Fase elaboração e Prestação de Contas Relatório de Auditoria E-Aud #1173395	Não Financeiro	Plano de Ação de Gerenciamento de Riscos de Convênios e Parcerias - Fase elaboração e Prestação de Contas	Fortalecimento da gestão de riscos	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica

Fonte: NATI/CSET/SEJUSP.

5. RESULTADO DO MONITORAMENTO DAS DECISÕES EXPEDIDAS POR ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO, PELO CONSELHO FISCAL E PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, SE HOUVER

A Decisão Normativa TCEMG nº 02/2022 determina em seu art.6º, que a unidade de auditoria informe sobre o resultado de monitoramento das decisões do Tribunal em contas anuais de exercícios anteriores.



Em pesquisa no site www.tce.mg.gov.br⁶, identificamos o processo nº 1102351, Protocolo nº 9000373800/2021, referente à Prestação de Contas do Exercício de 2020, cuja situação atual é "Aguardando Parecer", sendo assim, ainda não foram enunciadas recomendações do Tribunal de Contas de MG.

Enfatizamos que a Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), mais recente, que teve as contas julgadas, refere-se ao exercício de 2017, conforme dados abaixo⁷:

- **Processo:** 1040644
- **Exercício de Referência:** 2017
- **Situação das contas:** Regulares. Arquivado.
- **Providências adotadas:** Segundo concluído no Acórdão:

"I) julgar regulares as contas do exercício de 2017, apresentadas pelo Sr. Francisco Kupidlowski - Secretário de Estado de Administração Prisional, exercício de 2017, e dar-lhe quitação nos termos do art. 251 regimental, com fundamento no inciso I do art. 48 da Lei Complementar n.102/2008 c/c com o artigo 250, inciso I do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;
II) registrar que qualquer irregularidade que vier a ser apurada, seja por via de inspeção in loco ou auditoria, ou mesmo por denúncia, ensejará a reabertura do exame das contas;
III) determinar a intimação do interessado e do atual gestor, desta decisão;
IV) determinar o arquivamento dos autos, cumpridas as disposições regimentais".

6. OUTRAS AÇÕES OU ATIVIDADES RELEVANTES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2022

6.1. DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS

Em 2022, a equipe da Controladoria Setorial da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) participou de **90**

⁶ Site: www.tce.mg.gov.br > busca avançada de processos > em "tipo de busca" selecionar "parte" > em "parte" digitar o nome do órgão/entidade por extenso, não precisa do nome inteiro. > clicar em "pesquisar processo" > selecionar o nome do órgão/entidade que está sendo pesquisado. > clicar em "buscar processos" > selecionar a natureza de processo "prestação de contas de exercício"> clicar em "buscar processos filtro natureza. Acesso em: 15/2/2023.

⁷ Disponível em: https://www.tce.mg.gov.br/pesquisa_processo.asp?cod_processo=1040644. Acesso: 15/2/2023.



curios e seminários, totalizando 5.312 horas, capacitando 625 servidores, conforme descrito na tabela, a se ver:

Tabela Resumo 4 - Demonstrativo das ações de capacitação realizadas pela Controladoria Setorial SEJUSP - U.O. 1451 - Exercício 2022

CAPACITAÇÃO	ÁREA	QUANTIDADE PARTICIPANTES	HORAS CAPACITADAS
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Auditoria	1	33
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Auditoria	1	24
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Auditoria	30	900
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Auditoria	4	108
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Auditoria	2	56
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Auditoria	1	25
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Auditoria	2	56
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Auditoria	3	81
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Auditoria	1	18
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Correição	1	12
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Auditoria	2	38
Papéis de Trabalho na Auditoria Interna Governamental	Auditoria	8	128
Elaboração de Relatórios de auditoria	Auditoria	4	96
Oficina - Planejamento de auditoria	Auditoria	5	105
Gestão de Riscos em Processos de Trabalho (segundo o Coso)	Auditoria	1	20
Treinamento em Gerenciamento de Riscos	Auditoria	2	18
Treinamento em Gestão de Riscos	Auditoria	2	20
Gestão de Riscos em Projetos de Transformação Digital	Auditoria	1	10
Apresentação módulo Gestão de riscos (SAEWEB) para Controladorias	Auditoria	1	5
ABR - Auditoria Baseada em Riscos - Setoriais e Seccionais	Auditoria	1	3
Oficina: Execução de auditoria	Auditoria	5	70
Técnicas de Auditoria Interna Governamental	Auditoria	2	48
Capacitação e-Aud (Sistema de gerenciamento de dados e informações de Auditoria) - Processo de Auditoria no Sistema e-Aud.	Auditoria	3	90
Equilíbrio fiscal	Auditoria	1	40
Como Fiscalizar com Eficiência Contratos Públicos	Auditoria	1	20
Introdução a gestão de projetos	Auditoria	1	20
Controles na Administração Pública	Auditoria	1	30
Fundamentos da Integridade Pública: Prevenindo a Corrupção	Transparência e Integridade	1	25
2ª Etapa do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção: Transparência	Transparência e Integridade	1	2
Workshop: Responsabilidade e Corporativa por Corrupção e os programas de Integridade.	Transparência e Integridade	2	12
Governo Aberto: Transparência e Dados Abertos	Transparência e Integridade	1	40
Governo Aberto	Transparência e Integridade	1	10
1º Encontro do Grupo de estudos de integridade Pública	Transparência e Integridade	2	4
2º Encontro do Grupo de Estudos em Integridade Pública	Transparência e Integridade	2	4
3º Encontro do Grupo de Estudos em Integridade Pública	Transparência e Integridade	2	4



CAPACITAÇÃO	ÁREA	QUANTIDADE PARTICIPANTES	HORAS CAPACITADAS
Governança de Dados	Transparência e Integridade	2	60
Estudo orientado: Eixos dos programas de integridade pública	Transparência e Integridade	1	2
Ética e Serviço Público	Transparência e Integridade	1	30
Web Seminário: Vamos Falar de Auditoria?	Auditoria	1	3
WebSeminário: Direito Administrativo Sancionador	Correição	63	378
WebSeminário: Novo Decreto Conflito de Interesses	Transparência e Integridade	23	69
Programa de Capacitação LGPD	Transparência e Integridade	1	4
Proteção de Dados Pessoais no Setor Público	Transparência e Integridade	1	15
Workshop: Proteção pessoal	outro	2	8
Seminário: Atividade Policial: Da Sobrevivência à Liderança	outro	4	32
Linguagem simples aproxima o governo das pessoas.	outro	1	20
Linguagem de programação R	outro	1	30
Microsoft Excel 2016 - Básico	outro	7	105
Microsoft Excel 2016 - Intermediário	outro	4	80
Microsoft Excel 2016 - Avançado	outro	2	60
Microsoft word 2016 - básico	outro	4	36
Microsoft word 2016 - Intermediário	outro	2	24
Microsoft word 2016 - Avançado	outro	2	16
Power BI		1	23
Redação oficial e Noções de SEI e suas aplicações	outro	7	70
SEI	outro	1	20
Gestão de Documentos	outro	2	16
Introdução as práticas arquivísticas	outro	1	27
MAP - Mapa de Atribuição por Produto (mapeamento da força de trabalho)	outro	1	50
Contabilização de benefícios	Auditoria	3	30
1º Café com NUCAD 2022 - Apresentação do Plano de Prevenção 2022	Correição	38	76
2º Café com NUCAD 2022	Correição	1	2
Curso de Aperfeiçoamento de Armamento e Tiro - CAAT	outro	4	48
Curso Compromisso de Ajustamento Disciplinar (CAD)	Correição	92	276
Curso: Boas práticas em antiterrorismo	outro	4	104
Impactos da LGPD nos procedimentos disciplinares	Correição	20	40
Seminário: Introdução à Inteligência de Estado e de Segurança Pública	outro	1	8
Palestra: Inteligência e Crime Organizado	outro	1	4
Palestra: Inteligência Estratégica e a Relevância do Compartilhamento e Conhecimento Interorganizacional	outro	1	4
Palestra: Tecnologia e Atividade de Inteligência	outro	1	3
Palestra: Análise de Risco e a Produção do Conhecimento	outro	1	2
Impactos da LGPD nos procedimentos disciplinares	Correição	20	40
Seminário: Introdução à Inteligência de Estado e de Segurança Pública	outro	1	8
Palestra: Inteligência e Crime Organizado	outro	1	4



CAPACITAÇÃO	ÁREA	QUANTIDADE PARTICIPANTES	HORAS CAPACITADAS
Palestra: Inteligência estratégica e a Relevância do Compartilhamento de Conhecimento Interorganizacional	outro	1	4
Palestra: Tecnologia e Atividade de Inteligência	outro	1	3
Palestra: Análise de Risco e a Produção do Conhecimento	outro	1	2
Curso SEI PAD-e 2022	Correição	104	312
WebSeminário: Segurança Psicológica - Estou no caminho certo?	outro	1	3
Curso Introdutório de Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas com base na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)	Correição	51	459
Combate à Corrupção - Gestão De Pessoal e Corregedorias	Correição	1	20
Docência em Segurança Pública: Noções Básicas	outro	1	30
Políticas Públicas De Segurança - Noções Introdutórias	outro	1	30
13º Encontro anual do CONSET com as Comissões de Ética	outro	2	8
Encontro anual do CONSET com as Comissões de Ética	outro	1	8
Programa Dia Internacional Contra a Corrupção: Poder Público e Sociedade Civil no Combate à Corrupção	outro	1	5
1º Webnário da Revista Susp: Segurança Pública e Perspectivas	outro	3	24
Curso de inteligência emocional e gestão de conflitos	outro	1	10
1º Congresso Brasileiro de Gestão Pública e Direito Administrativo	outro	1	16
1º Congresso brasileiro de segurança pública da EMD	outro	1	16
Curso: Seminário Estadual de Prevenção e Combate a prática de Assédio Moral no âmbito da Administração Pública Estadual	Correição	2	6
Juízo de admissibilidade no assédio moral		10	20
Operador MARC 1 - APH de Combate DEPEN MG	outro	3	36
Curso de prática correccional	Correição	2	48
Curso de Formação de Brigada de Incêndio Orgânico - Nível Intermediário / 2022, Fase EAD	outro	1	12
Crimes Cibernéticos: Os Principais Riscos e Técnicas Básicas de Prevenção	Correição	1	20
Capacitação Continuada da Corregedoria-Geral da Advocacia da União - "A importância da Prova Testemunhal no Direito Administrativo Disciplinar", realizado na plataforma YouTube pela Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal - EAGU e pela CGAU	Correição	1	2
Lançamento do Manual de Apuração de Ilícitos Administrativos	Correição	1	3
Direito Constitucional da Formação de Diretores do Sistema Penitenciário	outro	1	10
Teoria Jurídica do Direito Penal da Formação de Diretores do Sistema Penitenciário	outro	1	6
Capacitação em SRPJ	outro	1	6
Administração das Finanças/Preparação para Aposentadoria	outro	1	64
Manuseio de Arma de Fogo	outro	2	24
Curso de Formação em Direitos Étnicorraciais	outro	1	60
Português - Interpretação de Texto e Emprego de Regras Gramaticais	outro	1	40
Encontro virtual com gestores e servidores das unidades prisionais para apresentação e	outro	1	3



CAPACITAÇÃO	ÁREA	QUANTIDADE PARTICIPANTES	HORAS CAPACITADAS
instruções sobre a Diretoria de Atenção a Saúde do Servidor			
			5.312

Fonte: Relatório de Atividades de Controle Interno- RACI #1387862.

6.2. AÇÕES DE CORREIÇÃO

a) Destacamos na tabela abaixo, o quantitativo de procedimentos instruídos pelo Núcleo de Correição Administrativa (NUCAD) da SEJUSP, quais sejam: Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD); Processo Disciplinar Simplificado (PDS) e Sindicância Administrativa Investigatória (SAI). Os dados referentes às Ações de Correição, foram extraídos do Relatório de Atividades de Controle Interno (RACI) 2022 CSET/SEJUSP⁸.

Tabela Resumo 5 - Status e quantitativos dos procedimentos formalizados no NUCAD da SEJUSP

LEVANTAMENTO EXERCÍCIO 2022 - PROCEDIMENTOS INSTAURADOS- NUCAD/CSET/SEJUSP													
TIPO DE PROCEDIMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PAD - Processo Administrativo Disciplinar	22	73	38	33	42	65	61	63	73	56	36	83	645
PDS - Processo Disciplinar Simplificado	2	7	4	6	6	8	6	8	6	8	6	13	80
SAI - Sindicância Administrativa Investigatória	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
TOTAL	24	80	42	39	48	73	68	71	79	64	42	96	726

Fonte: NUCAD/CSET/SEJUSP - Relatório de Atividades de Controle Interno- RACI - E-Aud #1387862.

b) No âmbito da Corregedoria Geral do Estado (COGE/CGE), foram instaurados em 2022, 8 (oito) Processos Administrativos Disciplinar; 01 (hum) Sindicância Administrativa Disciplinar (SAD) e 01 (hum) Sindicância patrimonial (SPA), conforme tabela seguinte;

⁸ Relatório de Atividades de Controle Interno- RACI - E-Aud #1387862.



Tabela Resumo 6 - Status e quantitativos dos procedimentos formalizados na COGE/CGE

CONCLUSÃO	QUANTIDADE DE PROCESSOS		
	PAD	SAD	SPA
Decidido/Arquivamento	6	1	-
Instrução	1	-	1
Julgamento	1	-	-
TOTAL	8	1	1

Fonte: COGE/CGE - Processo nº 1520.01.0001426/2023-20.

6.3. AÇÕES DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

Com relação às ações de Transparência e Integridade, destacamos as ações executadas pela Coordenadoria de Transparência e Integridade (CTI) da SEJUSP. Os dados referentes às essas ações, foram extraídos do Relatório de Atividades de Controle Interno (RACI) - CSET/SEJUSP⁹.

Quadro Resumo 4 - Execução das ações de Transparência e Integridade

Ação Planejada/ Extraordinária	Status	Resultados	Observações/Justificativas
Apoio ao 2º Ciclo de Avaliação de Governança dos Conselhos Estaduais de Políticas Públicas	Concluído	Formulário de Avaliação E-Aud #1303899	Relatório de Governança a ser emitido pela SUTI da CGE
Acompanhar o preenchimento dos dados das Instituições Participativas no Sistema/Portal dos Conselhos - 1º semestre	Concluído	Checklist E-Aud #1376207 #1376255 #1376274	Checklist preenchido para 03 Instituições de Controle Social
Acompanhar o preenchimento dos dados das Instituições Participativas no Sistema/Portal dos Conselhos - 2º semestre	Concluído	Checklist E-Aud #1211908 #1211910 #1211911	Checklist preenchido para 03 Instituições de Controle Social

⁹ Relatório de Atividades de Controle Interno- RACI - E-Aud #1387862.



Ação Planejada/ Extraordinária	Status	Resultados	Observações/Justificativas
Realizar a gestão do SISPMPPI no órgão ou entidade em que atua, estimulando o uso do sistema na formulação, execução, monitoramento e avaliação do Plano de Integridade do órgão	Concluído	Relatórios, Resoluções, Cartilhas e Cursos E-Aud #1155087 #1168065 #1253598 #1255307 #1265538 #1265544 #1173923 #1183940 #1252430 #1183593 #1197107 #1247840 #1150179 #1150194 #1252426 #1179681 #1176813 #1175745	RISP 140 hs Resolução #1155087 e Cartilha #1168065 Cartilhas Nepotismo e Conflitos de Interesses 140 hs #1253598 #1255307 Brindes 140 hs Resolução e Cartilha #1265538 #1265544 SISPMPPI 756 hs (Cadastro de Usuários, Treinamento Instância, Atualização PI #1173923 #1183940 #1252430, Relatórios SISPMPPI #1183593 #1197107 #1247840 e Revisão PI com Instância #1150179 #1150194 #1252426) Capacitação Integridade 14 hs #1179681 Capacitação Gestão de Riscos 35 hs #1176813 Capacitação DBV 35 hs #1175745
Consolidar os resultados e os benefícios diretos e indiretos alcançados no órgão ou entidade ao longo do ano com as ações de integridade	Concluído	Questionário On-line E-Aud #1177286	Aplicado de Questionário On-line ao Controlador Setorial
Avaliar cumprimento do Decreto nº 47.185/2017 no órgão ou entidade, em relação a implementação dos planos de integridade específicos	Concluído	Relatório Diagnóstico de Integridade E-Aud #1271219	Aplicado o Diagnóstico de Integridade
Fomento à abertura de dados	Concluído	Relatório de Transparência E-Aud #1336781	Abertura da dados públicos da SEJUSP

Fonte: Relatório de Atividades de Controle Interno (RACI) 2021 CSET/SEJUSP - E-Aud #1387862.

Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade -
Coordenadoria de Auditoria, 20 de março de 2023.

RELATÓRIO DOS RESULTADOS DAS AUDITORIAS DE 2022 E DO MONITORAMENTO DAS CONTAS ANUAIS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

#1409989

Exercício 2022

**1451 – Secretaria de Estado de Justiça e
Segurança
Pública (SEJUSP)**

20/3/2023

**CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO**



**MINAS
GERAIS**

**GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.**



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais

RELATÓRIO DOS RESULTADOS DAS AUDITORIAS DE 2022 E DO MONITORAMENTO DAS CONTAS ANUAIS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - EXERCÍCIO 2022

Nº 1409989

**Órgão/Entidade: 1451 – Secretaria de Estado de
Justiça e Segurança Pública (SEJUSP)**



MISSÃO DA CGE

Promover a integridade e aperfeiçoar os mecanismos de transparência da gestão pública, com participação social, da prevenção e do combate à corrupção, monitorando a qualidade dos gastos públicos, o equilíbrio fiscal e a efetividade das políticas públicas.



QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO?

Trata-se de auditoria realizada em cumprimento às determinações do art. 10 da IN n° 14 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), de 14 de dezembro de 2011, e da Decisão Normativa TCEMG n°. 02, de 19 de dezembro de 2022.



LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CGE - Controladoria-Geral do Estado

CSET - Controladoria Setorial

CTI - Coordenadoria de Transparência e Integridade

NATI - Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade

NUCAD - Núcleo de Correição Administrativa

PACI - Plano Anual de Controle Interno

RACI - Relatório de Atividades de Controle Interno

RAINT - Relatório de Atividades de Auditoria Interna

SEJUSP - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

TCE - Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. DESTAQUE DAS AÇÕES DE AUDITORIA DE 2022: SÍNTESE DOS PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS EM 2022, INCLUSIVE AS AÇÕES DE AUDITORIA PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO COVID-19:	8
2.1 AÇÕES DE AUDITORIA PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO COVID-19:	8
2.2 SÍNTESE DOS PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS EM 2022:	8
3. TRABALHOS DE AUDITORIA REALIZADOS EM 2022 ..	13
4. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	16
4.1 RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (SEJUSP):	17
4.2 DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DECORRENTES DA ATUAÇÃO AO LONGO DO PERÍODO	20
5. RESULTADO DO MONITORAMENTO DAS DECISÕES EXPEDIDAS POR ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO, PELO CONSELHO FISCAL E PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, SE HOVER	23
6. OUTRAS AÇÕES OU ATIVIDADES RELEVANTES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2022	24
6.1.DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS	24
6.2.AÇÕES DE CORREIÇÃO	28
6.3.AÇÕES DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE	29



1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento às determinações do art. 10 da IN nº 14 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), de 14 de dezembro de 2011, e da Decisão Normativa TCEMG nº. 02, de 19 de dezembro de 2022, apresenta-se o Relatório dos Resultados das Auditorias de 2022 e do Monitoramento das Contas Anuais de Exercícios Anteriores - Exercício 2022, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) - U. O. 1451-, sediada na Rodovia Papa João Paulo II, Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves - Edifício Minas, 3º Andar, Serra Verde, Belo Horizonte/MG, CEP 31.630-900.

O trabalho foi realizado consoante normas e procedimentos de auditoria, incluindo, consequentemente, provas em registros e documentos correspondentes na extensão julgada necessária, segundo as circunstâncias, à obtenção das evidências e dos elementos de convicção sobre as ocorrências detectadas.

O trabalho foi executado pela Controladoria Setorial da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP/MG, por meio da Coordenadoria de Auditoria, unidade integrante do Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade - CSET/NATI/CAU, conforme estabelecido no § 1º do artigo 6º do Decreto nº 47.795 de 19/12/2019, em cumprimento as suas atribuições.

A execução dos trabalhos foi orientada pela Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais, nos termos da competência que lhe é atribuída pelo art. 49 da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, por intermédio da Auditoria-Geral do Estado, conforme Ordem de Serviço CGE/AUGE Nº 04/2023, Comunicação Interna CGE/AHCS nº. 3/2023 - Prestações de Contas Anuais de 2022¹.

Os trabalhos de auditoria realizados em 2022 seguiram as diretrizes técnicas estabelecidas pela Resolução CGE nº 36, de 29 de outubro de 2018, posteriormente substituída pela Resolução CGE nº 24, de 17 de julho de 2020, Resolução CGE nº 09, de 2 de abril de 2020 e pela Resolução CGE nº 36, de 30 de novembro de 2021.

¹ Processo nº 1520.01.0001426/2023-20.



O relatório está estruturado em tópicos e circunstanciado em sínteses para atendimento do art. 6º Decisão Normativa TCEMG nº 02, de 19 de dezembro de 2022.

2. DESTAQUE DAS AÇÕES DE AUDITORIA DE 2022: SÍNTESE DOS PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS EM 2022, INCLUSIVE AS AÇÕES DE AUDITORIA PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO COVID-19:

2.1 AÇÕES DE AUDITORIA PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO COVID-19:

Com relação às contratações para o enfrentamento da Pandemia do COVID-19, esclarecemos que não houve demanda de consulta ou trabalho de auditoria de avaliação relativo à essa temática, considerando que, não houve execução de despesa que deve ser auditada, na Unidade de Programação de Gasto específico para contratações destinadas ao combate e enfrentamento da pandemia - UPG 959, qual seja contratações de bens e serviços.

2.2 SÍNTESE DOS PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS EM 2022:

- Relatório de Consultoria E-Aud #1308857 - Consultoria de Gerenciamento de Riscos do Macroprocesso Monitoração Eletrônica dos Custodiados com Tornozeleiras: Consultoria sobre a Aplicação do Gerenciamento de Riscos no macroprocesso de instalação, desinstalação, manutenção e controle de Monitoração Eletrônica dos Custodiados com tornozeleiras eletrônicas, executados na Unidade Gestora de Monitoração Eletrônica - UGME/DEPEN, com o objetivo geral de auxiliar a organização na identificação e avaliação dos riscos existentes no processo, a fim de tentar prever e mitigar possíveis problemas e disfunções, quando na execução das atividades, tendo como objetivos específicos:
 - Compreender a rotina das atividades da Unidade Gestora de Monitoração Eletrônica - UGME sobre instalação, desinstalação, manutenção e controle; e obter fontes de documentação do processo, e acesso a sistemas informatizados;
 - Identificar o mapeamento do fluxo dos processos de instalação, desinstalação, manutenção e controle de Monitoração Eletrônica de tornozeleiras eletrônicas;
 - Identificar e avaliar os riscos relevantes a cada atividade realizada nos processos de instalação, desinstalação, manutenção e controle de Monitoração Eletrônica de tornozeleiras



eletrônicas;

- Identificar a estrutura de controles existente e aplicada aos riscos;
- Identificar as possíveis fragilidades na estrutura de controle.

- Nota de Auditoria E-Aud #1266840: Consulta e Assessoramento - Consultoria sobre Regime de Adiantamentos para realização de pagamento de Despesas Miúdas, quanto: a qual material pode ser adquirido e qual serviço pode ser contratado; seus prazos para utilização e devida prestação de contas; quantos recursos podem ser utilizados por demanda; a orientação para realização do mínimo de três orçamentos; dentre outros.
- Nota de Auditoria E-Aud #1376292: Consulta de origem da Subsecretaria de Inteligência e Atuação Integrada a qual solicita providências quanto a ausência de documentação que gerou a glosa relativas às metas e 1 e 2, no montante de R\$ 1.897.209,62 no Convênio Federal nº 042/2003.
- Nota de Auditoria E-Aud #1353339: Consulta de origem da Subsecretaria de Inteligência e Atuação Integrada a qual visa saber sobre a existência de danos ao erário e outras providências a serem adotadas em virtude de pagamento realizado fora da vigência do Convênio nº 004/2003.
- Nota de Auditoria E-Aud #1320973: Apuração de Responsabilidade de Encargos Financeiros: Responder consulta da SUINT sobre Apuração de Responsabilidade de Encargos Financeiros.
- Nota de Auditoria E-Aud #1297686 - Solicitação de Consulta sobre a Reabilitação da Stillus Alimentação Ltda. para voltar a contratar com a Administração Pública do Estado de Minas Gerais.
- Nota de Auditoria E-Aud #1171993: Consultoria do Fluxo de Diversos Responsáveis com a DCF. Demanda em continuidade ao trabalho de 2021. O trabalho decorreu do contexto apresentado pela Superintendência de Planejamento Orçamento e Finanças - SPOF, por meio da Diretoria de Contabilidade e Fianças - DCF em que aponta a existência do saldo total de R\$17.786.522,87 (dezessete milhões, setecentos e oitenta e seis mil, quinhentos e vinte e dois reais e oitenta e sete centavos) na rubrica contábil "Diversos Responsáveis em Apuração" e R\$2.081.814,82 (dois milhões, oitenta e um mil, oitocentos e quatorze reais e oitenta e dois centavos) em "Créditos por Dano ao Patrimônio"- conta contábil que substituiu a nomenclatura de "Diversos



Responsáveis Apurados” após a adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) em substituição ao Plano de Contas Único. Estes saldos foram inscritos entre os anos de 1990 a 2019 e ainda subsistem até o ano de 2022.

- Nota de Auditoria E-Aud #1153902 - Consulta sobre Avaliação da regularidade sobre a manutenção da rubrica destinada ao custeio do 9º Congresso Nacional das APACs: O objeto de análise pela auditoria, recaiu sobre a rubrica constante na linha 13 do Plano de Trabalho integrante da proposta para formalização do Termo de Colaboração, a qual diz respeito ao custeio, no aporte de R\$100.000,00 (Cem mil reais), para realização do 9º Congresso Nacional das APAC's, previsto para os dias 22 a 25 de junho de 2022.
- Relatório de Gestão E-Aud #1182620 #1182654 #1182687 #1182710 - Elaboração do relatório de auditoria sobre contas de gestão do órgão/entidade e fundos vinculados: Avaliação e Compilação de Dados e Informações das Contas da Gestão para Julgamento do Tribunal de Contas MG.
- Relatório e Certificado TCE E-Aud #1377331 - Exame e certificação de Tomadas de Contas Especiais: Danos ao erário no valor de R\$ 3.068.712,95: omissão no dever de prestar contas: Tomada de Contas Especial nº 01/2020 do Convênio nº 048/2009 da APAC de Sacramento/MG.
- Certificado de Auditoria E-Aud #1334403 - Avaliação da instrução processual e certificação dos processos administrativos punitivos que concluírem pela inclusão de fornecedores no CAFIMP: Avaliação da instrução processual e certificação do Processo Administrativo punitivo - PAP nº 1450.01.0085200/2022-17, fornecedor EZN Alimentações LTDA, que concluiu pela aplicação de MULTA, no valor de R\$203.104,17 e de Suspensão Temporária de Participação em Licitação e Impedimento de Contratar com a Administração Pública Estadual, pelo período de 03 (três) anos.
- Relatório de Auditoria E-Aud #1161718 - Avaliação da Concessão Irregular de Benefícios Extra Terceirizados da MGS: O objetivo geral do trabalho consistiu em avaliar a regularidade das concessões de benefícios extras contratuais (folgas e pausas/intervalos) atribuídos, por deliberação unilateral do Colégio Técnico Operativo - CTO, aos colaboradores, na função de teledigifonistas, da empresa Minas Gerais Administração e Serviços S.A - MGS, que desempenham suas funções no Centro



Integrado de Atendimento e Despacho (CIAD) e Disque Denúncia Unificado (DDU). A partir disso, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- Avaliar a concessão dos benefícios listados abaixo: Folga extracontratual: concedida uma vez por mês a mais para os funcionários da MGS, que laboram na função de teledigifonistas, que não se ausentarem do posto de trabalho, com ou sem justificativas, e, não somassem atrasos maiores que 40 minutos; Pausas/ intervalos extracontratuais durante a jornada de trabalho: Concessão de pausas a mais do que a estabelecida em contrato e estipulada pela norma regulamentadora da categoria (NR17), qual seja, duas pausas de 10 minutos a mais.

- Relatório de Auditoria E-Aud #1206823 - Avaliação da Irregularidade na falta de andamento nos processos de Acúmulo de Cargos: O principal objetivo dessa avaliação foi auxiliar a organização na identificação e avaliação das fragilidades existentes no processo, a fim de tentar prever e mitigar possíveis problemas e disfunções, quando na execução das atividades, e, de alguma forma, contribuir com a melhoria da gestão na aplicação dos recursos públicos, oferecendo subsídio aos gestores para que implantem de forma efetiva os controles internos administrativos, o que proporcionará incremento de informações gerenciais, melhor acompanhamento do alcance das metas estabelecidas e melhoria no desempenho da Unidade na prestação dos serviços públicos à população. Ainda, verificar eventuais irregularidades nos processos ou na sua condução, tendo como objetivos específicos:

- Identificar possíveis fragilidades operacionais no fluxo dos processos de acúmulo de cargos da SEJUSP/MG;
- Identificar a conformidade desses processos, referentes aos servidores não ativos, a partir do ano de 2019, os quais tenham declarado o acúmulo de cargo no formulário do referido Sistema de posse da Secretaria;
- Identificar eventuais atos ilícitos praticados contra a Administração Pública;
- Sugerir possíveis medidas corretivas para as fragilidades ou inconformidades possivelmente identificadas.

- Relatório de Auditoria E-Aud #1092060 - Avaliação da Cessão Irregular de Servidores: O objetivo geral deste relatório consistiu na avaliação do Procedimento de Cessão de Servidores, e da regularidade na execução dos processos de cessão de servidores da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, tendo como objetivos específicos:
- Identificar possíveis fragilidades no procedimento de cessão



de servidores no âmbito da SEJUSP/MG;

- Identificar riscos, bem como, eventuais atos ilícitos praticados contra a Administração Pública;
- Sugerir possíveis medidas corretivas ou mitigadoras para os principais riscos identificados.

- Relatório de Auditoria E-Aud #1173395 - Consultoria no Gerenciamento de Riscos de Convênios e Parcerias - Fase elaboração e Prestação de Contas: Consultoria sobre a Aplicação do Gerenciamento de Riscos no macroprocesso de convênios e instrumentos congêneres de saída, atinente aos processos de Formalização e Prestação de Contas, celebrados na Diretoria de Contratos e Convênios - DCC/SEJUSP, com o intuito de identificar os riscos associados à execução dos procedimentos, bem como a adequação dos controles, para que se possa realizar de maneira eficaz a gestão de riscos na tramitação de Convênios e Instrumentos Congêneres de Saída na SEJUSP, a fim de tentar prever e mitigar possíveis problemas e disfunções, quando na execução das atividades e, de alguma forma, contribuir com a melhoria da gestão na aplicação dos recursos públicos, oferecendo subsídio aos gestores para que implantem de forma efetiva os controles internos administrativos, o que proporcionará incremento de informações gerenciais, melhor acompanhamento do alcance das metas estabelecidas e melhoria no desempenho da Unidade na prestação dos serviços públicos à população.
- Nota de Auditoria E-Aud #1203959 - Cartilha sobre o Conflito de Interesses e Nepotismo: O trabalho decorreu das atribuições previstas no Plano de Integridade da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, publicado em 15 de dezembro de 2020, no qual foi elencado como ação a ser desenvolvida pelo Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade (NATI): "Desenvolver, propor e divulgar mecanismos de prevenção ao conflito de interesses e ao nepotismo", com o apoio interno do Núcleo de Correição Administrativa (NUCAD) e Núcleo de Apurações Especiais e Denúncias (NAED) no âmbito da Controladoria Setorial, bem como, externamente à CSet, da Comissão de Ética, da Superintendência de Recursos Humanos e da Assessoria Estratégica. O escopo da atividade compreendeu desenvolver um material informativo e didático, para conscientizar o servidor sobre questões relevantes relativas ao nepotismo e conflitos de interesses dentro das instituições públicas, bem como, trazer mecanismos de prevenção e denúncia. Publicar Resolução própria da SEJUSP com tipificações costumeiras das denúncias recebidas e casos concretos tratados pela Secretaria, para além do Decreto



**Tabela Resumo 2 - Documentos técnicos de auditoria emitidos
pela CGE - U.O. 1451 - Exercício 2022**

PRODUTO	QUANTIDADE
RELATÓRIO DE AUDITORIA (RA)	3
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE	0
RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	0
PARECER TÉCNICO	0
CERTIFICADO DE AUDITORIA	0
CERTIFICADO DE AUDITORIA SOBRE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	0
NOTA DE AUDITORIA (NA)	1
NOTA DE CONSULTORIA SIGILOSA	2
NOTA TÉCNICA DE CORREIÇÃO ADMINISTRATIVA	0
CARTA DE RECOMENDAÇÃO	0
RELATÓRIO PRELIMINAR	0
QUANTIDADE TOTAL	6

Fonte: Processo nº 1520.01.0001426/2023-20.

b) No que concerne aos trabalhos de auditoria que resultaram em recomendações de adoção de providências por parte do gestor, encontram-se enumerados no quadro resumo a seguir os documentos técnicos emitidos pela Controladoria Setorial, referentes à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, no período em referência:

**Quadro Resumo 1 - Documentos técnicos de auditoria emitidos
pela CGE - U.O. 1451 - Exercício 2022**

1	Número: Relatório de Consultoria E-Aud #1308857	Objetivo da auditoria: Consultoria de Gerenciamento de Riscos do Macroprocesso Monitoração Eletrônica dos Custodiados com Tornozeleiras. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
	Data: 5/10/2022	Providências adotadas pela Gestão: Execução do Plano de Ação em Andamento.
2	Número: Relatório de Auditoria E-Aud #1161718	Objetivo da auditoria: Avaliação da Concessão Irregular de Benefícios Extra Terceirizados da MGS. Plano de Ação elaborado pela gestão: () Sim () Não (X) Em elaboração
	Data: 31/01/2023	Providências adotadas pela Gestão: Não se Aplica
3	Número: Relatório de Auditoria E-Aud #1206823	Objetivo da auditoria: Avaliação da Irregularidade na falta de andamento nos processos de Acúmulo de Cargos. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração



Qtd.	ÓRGÃO / ENTIDADE	DIRETORIA	PRODUTO	OBJETIVO DO TRABALHO	QUANTIDADE PRODUTO EXECUTADO	RECOMENDAÇÕES/ SUGESTÕES
				da estrutura de controle interno dos órgãos e entidades do Poder Executivo, no âmbito do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção - PNPC.		
5	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP	Superintendência Central de Fiscalização de Concessões, Estatais e Obras	Nota de Auditoria Sigilosa	SIGILOSA	1	
6	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP	Diretoria Central de Fiscalização de Pessoal e Previdência	Nota de Auditoria	Afastamentos de servidores do Poder Executivo Estadual para participação em cursos de mestrado ou doutorado no exterior com ônus para os cofres públicos	1	

Fonte: Comunicação Interna CGE/AHCS nº. 3/2023 - Processo nº 1520.01.0001426/2023-20.

O detalhamento dos documentos técnicos de auditoria emitidos encontra-se reproduzido no Apêndice A.

4. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

Diante dos trabalhos de auditoria realizados, informamos na tabela abaixo, o quantitativo das ações implementadas e das ações não implementadas no período, conforme pactuado pela Gestão e constante no Plano de Ação ou em documento de auditoria emitido, conforme dados extraídos do RAIN³.

Tabela Resumo 3 - Quantitativo de ações com recomendações emitidas e implementadas, bem como, as não implementadas

DOCUMENTO	RESULTADO QUANTO À EFETIVIDADE:	QUANTIDADE
1. Consultoria de Gerenciamento de Riscos do Macroprocesso Monitoração Eletrônica dos Custodiados com Tornozeleiras Eaud #1308857 Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração	Implementada	
	Não Implementada	
	Com medidas em curso	1

³ Relatório de Atividades de Auditoria Interna- RAIN - E-Aud #1393759.



DOCUMENTO	RESULTADO QUANTO À EFETIVIDADE:	QUANTIDADE
2. Avaliação da Concessão Irregular de Benefícios Extra Terceirizados da MGS Eaud #1161718 Plano de Ação elaborado pela gestão: () Sim () Não (X) Em elaboração	Implementada	
	Não Implementada	
	Com medidas em curso	10
3. Avaliação da Irregularidade na falta de andamento nos processos de Acúmulo de Cargo Eaud #1206823 Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração	Implementada	7
	Não Implementada	1
	Com medidas em curso	0
4. Consultoria no Gerenciamento de Riscos de Convênios e Parcerias - Fase elaboração e Prestação de Contas Eaud #1173395 Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração	Implementada	
	Não Implementada	
	Com medidas em curso	1
5. Avaliação da Cessão Irregular de Servidores Eaud #1092060 Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração	Implementada	9
	Não Implementada	1
	Com medidas em curso	0

Fonte: Planilha E-Aud #1260306 - NATI/CSET/SEJUSP.

Quanto as recomendações expedidas pelos órgãos de controle externo, pelo conselho fiscal e pelo conselho de administração, informamos que não houve.

O resultado do monitoramento dos Planos de Ação com o detalhamento das ações encontra-se reproduzido no **Apêndice A**.

4.1 RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (SEJUSP) :

No que refere-se ao exercício de 2022, essa ação não foi executada, pois o trabalho foi permutado e as horas foram direcionadas para Demandas Extraordinárias⁴.

⁴ Relatório de Auditoria E-Aud #1173395 - Gerenciamento de Riscos Convênios e Relatório de Auditoria E-Aud #1161718 - Avaliação Benefícios Extracontratuais MGS.



No exercício de 2020, foi realizado o trabalho de avaliação da estrutura de controle interno em nível de entidade da SEJUSP - Relatório de Auditoria nº 1690.0054.21 de 21/01/2021 - no qual constam os riscos relativos à governança, gerenciamento de riscos e controles internos.

Tratou-se de auditoria de natureza operacional com a finalidade de avaliar, em nível de entidade, o grau de maturidade dos controles internos da SEJUSP, órgão responsável por implementar e acompanhar a política estadual de segurança pública, de maneira integrada com a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar, e a política estadual de Justiça Penal, em articulação com o Poder Judiciário e os órgãos essenciais à Justiça, cujas competências estão previstas no Decreto 47.795, de 19 de dezembro de 2019.

Neste sentido, conforme metodologia do Tribunal de Contas da União (TCU), baseada no Comitê of Sponsoring Organization (COSO I), **a maturidade da Estrutura de Controle da SEJUSP, se encontra no nível Intermediário, quando há princípios e padrões documentados e treinamento básico sobre controles internos.**

A avaliação da estrutura de controle interno em nível de entidade, objeto deste trabalho, contemplou um conjunto de políticas, diretrizes e padrões mais abrangentes da SEJUSP. Estão relacionados com a estrutura, com a operacionalização do trabalho e com as atividades de gestão. Esses controles permeiam todo o órgão e são difundidos em todos os níveis hierárquicos (operacional, tático e estratégico), em todos os processos de trabalho (área meio e área fim) e para todos os servidores.

Para tanto, foi avaliada a existência, a adequação e a efetividade dos controles internos instituídos pela SEJUSP, quanto à sua capacidade para reduzir o impacto ou a probabilidade da ocorrência de eventos de risco na execução de seus processos e atividades, por meio do diagnóstico de sua estrutura de controle.

A avaliação foi pautada nos critérios definidos pelo Comitê das Organizações Patrocinadoras - COSO, que elucida controle interno como sendo um processo constituído de cinco elementos básicos, atualmente denominados de "componentes", que se inter-



relacionam. São eles: (1) ambiente de controle; (2) avaliação e gerenciamento de riscos; (3) atividades de controle; (4) informação e comunicação; e (5) monitoramento.

O trabalho foi realizado em 02 (duas) etapas definidas metodologicamente: envio de questionário de auto avaliação sobre a estrutura de controle para preenchimento pela alta gestão da SEJUSP e avaliação técnica pelo auditor sobre as evidências de existência, adequação e efetividade dos controles internos administrativos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública que foram enviados pelo gestor na ocasião de respostas no questionário de existência de controles.

Os resultados apresentados no relatório permitiram concluir pela existência de fragilidades em relação à estrutura de controle interno da SEJUSP, notadamente as relacionadas a todos os componentes: "Ambiente de Controle", "Avaliação de Riscos", "Atividade de Controle", "Informação e Comunicação" e "Monitoramento", conforme apurado no trabalho de auditoria.

Muitas das fragilidades constatadas são concernentes: à ausência de política e/ou procedimento para detecção, tratativa e quantificação de ocorrência de desvios éticos e de conduta; inexistência de política formal de gestão de riscos para avaliação de controles que devem ser periodicamente revisados; inexistência de Comitê Interno de Governança constituído; inexistência de determinação de prestação de contas dos atos delegados; falta uma estrutura robusta de controles para monitorar, medir e avaliar a eficácia e eficiência dos atos de gestão; inexistência de Regimento Interno; ausência da política de gestão de pessoas que inclua plano de capacitação permanente, mapeamento de competências, avaliação de desempenho dos contratados, e que monitore e avalie o desenvolvimento dessas competências; ausência de monitoramento formal de atos, processos e procedimentos por parte da alta administração; inexistência de Planejamento Estratégico e Planos tático e operacional institucionalizados; ausência de indicadores e medidas de controles da efetividade de ações, de formalização e registro de procedimentos; falta de registros sistemáticos das atividades de controle nos diversos níveis organizacionais; ausência de medidas de desempenho para avaliar a efetividade das informações disponibilizadas; não utilização formal dos



insumo gerenciais para aperfeiçoamento dos controles internos; dentre outros.

Imperioso destacar que no âmbito da SEJUSP foram constatados inúmeros procedimentos positivos realizados, mas sem formalização ou fixação em uma política definida, o que prejudicou a nota do órgão neste trabalho, ademais pela dificuldade do procedimento se mostrar institucionalizado e repetível. A gestão já desenvolve ações que visam tornar efetivos e céleres os trabalhos da entidade, com intuito de alcançar objetivos e metas, como as reuniões diárias realizadas entre a alta gestão que funcionam como ferramenta de controle, permitindo discursões em tempo real de assuntos relacionados ao órgão, contribuindo para tomada de decisões tempestivas através de informações atualizadas do andamento da gestão. E ainda foram citados os projetos que se encontram em andamento, dos quais, frisa-se o Plano de Integridade, que após a total implantação, tende a estabelecer tratamento com viés preventivo a diversas fragilidades, como por exemplo, possíveis crimes de fraude e corrupção no órgão.

4.2 DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DECORRENTES DA ATUAÇÃO AO LONGO DO PERÍODO

Com relação aos benefícios financeiros e não financeiros gerados para a SEJUSP decorrentes da atuação do Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade (NATI/CSET) ao longo do exercício de 2022, demonstramos no quadro seguinte os resultados alcançados⁵:

Quadro Resumo 3 - Benefícios financeiros e não financeiros

Título da ação	Tipo de benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e repercussão	Valor (R\$)
Avaliação em Gerenciamento de Riscos de Processos Chave com Alto Risco de Fraude e Corrupção: Consultoria de Gerenciamento de Riscos do Macroprocesso Monitoração Eletrônica dos Custodiados com Tornozeleiras	Não Financeiro	Plano de Ação de Gerenciamento de Riscos do Macroprocesso Monitoração Eletrônica dos Custodiados com Tornozeleiras	Fortalecimento da gestão de riscos	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica

⁵ Relatório de Atividades de Controle Interno- RACI - E-Aud #1387862.



Título da ação	Tipo de benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e repercussão	Valor (R\$)
Relatório de Consultoria E-Aud #1308857					
Consulta sobre o regime especial de adiantamento (despesas miúdas) Nota de Auditoria E-Aud #1266840	Não Financeiro	Esclarecimentos que subsidiam a tomada de decisão dos gestores	Subsídios e/ou orientações para atuação/tomada de decisão da gestão	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Consulta sobre ausência de documentação que gerou a glosa relativas às metas e 1 e 2, no montante de R\$ 1.897.209,62 no Convênio Federal nº 042/2003 Nota de Auditoria E-Aud #1376292	Não Financeiro	Esclarecimentos que subsidiam a tomada de decisão dos gestores	Subsídios e/ou orientações para atuação/tomada de decisão da gestão	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Consulta sobre existência de danos ao erário e outras providências a serem adotadas em virtude de pagamento realizado fora da vigência do Convênio 004/2003 Nota de Auditoria E-Aud #1353339	Não Financeiro	Esclarecimentos que subsidiam a tomada de decisão dos gestores	Subsídios e/ou orientações para atuação/tomada de decisão da gestão	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Consulta sobre Apuração de Responsabilidade de Encargos Financeiros Nota de Auditoria E-Aud #1320973	Não Financeiro	Esclarecimentos que subsidiam a tomada de decisão dos gestores	Subsídios e/ou orientações para atuação/tomada de decisão da gestão	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Consulta sobre Reabilitação da Stillus Alimentação Ltda. para voltar a contratar com a Administração Pública do Estado de Minas Gerais Nota de Auditoria E-Aud #1297686	Não Financeiro	Esclarecimentos que subsidiam a tomada de decisão dos gestores	Subsídios e/ou orientações para atuação/tomada de decisão da gestão	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica



Título da ação	Tipo de benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e repercussão	Valor (R\$)
Consulta sobre Fluxo de Diversos Responsáveis com a DCF Nota de Auditoria E-Aud #1171993	Não Financeiro	Esclarecimentos que subsidiam a tomada de decisão dos gestores	Subsídios e/ou orientações para atuação/tomada de decisão da gestão	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Consulta sobre Avaliação da regularidade sobre a manutenção da rubrica destinada ao custeio do 9º Congresso Nacional das APACs Nota de Auditoria E-Aud #1153902	Não Financeiro	Esclarecimentos que subsidiam a tomada de decisão dos gestores	Subsídios e/ou orientações para atuação/tomada de decisão da gestão	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Elaboração do relatório de auditoria sobre contas de gestão do órgão/entidade e fundos vinculados Relatório de Gestão E-Aud #1182620 #1182654 #1182687 #1182710	Não Financeiro	Julgamento das contas do gestor da Secretaria	Subsídios para atendimento de determinações mandatórias	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Exame e certificação de Tomadas de Contas Especiais Relatório e Certificado TCE E-Aud #1377331	Não Financeiro	Certificação do Processo de Tomadas de Contas Especiais	Subsídios para atendimento de determinações mandatórias	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Avaliação da instrução processual e certificação dos processos administrativos punitivos que concluírem pela inclusão de fornecedores no CAFIMP Certificado de Auditoria E-Aud #1334403	Não Financeiro	Certificação do Processo Punitivo Administrativo de Fornecedores	Subsídios para atendimento de determinações mandatórias	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Avaliação da Concessão Irregular de Benefícios Extra Terceirizados da MGS Relatório de	Em apuração - No prazo	Em apuração - No prazo	Em apuração - No prazo	Em apuração - No prazo	Em apuração - No prazo



Título da ação	Tipo de benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e repercussão	Valor (R\$)
Auditoria E-Aud #1161718					
Avaliação da Irregularidade na falta de andamento nos processos de Acúmulo de Cargo Relatório de Auditoria E-Aud #1206823	Não Financeiro	Aprimoramento de processos, gestão de pessoas, responsabilização e regularização de processos.	Instauração de processos administrativos de responsabilização/ sanção; Aperfeiçoamento da gestão de pessoas/ capacitação; Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos; Aperfeiçoamento do compliance/ conformidade.	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Avaliação da Cessão Irregular de Servidores Relatório de Auditoria E-Aud #1092060	Não Financeiro	Aprimoramento de processos, gestão de pessoas e regularização de processos.	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas/ capacitação; Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos; Aperfeiçoamento do compliance/ conformidade.	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica
Consultoria no Gerenciamento de Riscos de Convênios e Parcerias - Fase elaboração e Prestação de Contas Relatório de Auditoria E-Aud #1173395	Não Financeiro	Plano de Ação de Gerenciamento de Riscos de Convênios e Parcerias - Fase elaboração e Prestação de Contas	Fortalecimento da gestão de riscos	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada /Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se Aplica

Fonte: NATI/CSET/SEJUSP.

5. RESULTADO DO MONITORAMENTO DAS DECISÕES EXPEDIDAS POR ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO, PELO CONSELHO FISCAL E PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, SE HOUVER

A Decisão Normativa TCEMG nº 02/2022 determina em seu art.6º, que a unidade de auditoria informe sobre o resultado de monitoramento das decisões do Tribunal em contas anuais de exercícios anteriores.



Em pesquisa no site www.tce.mg.gov.br⁶, identificamos o processo nº 1102351, Protocolo nº 9000373800/2021, referente à Prestação de Contas do Exercício de 2020, cuja situação atual é "Aguardando Parecer", sendo assim, ainda não foram enunciadas recomendações do Tribunal de Contas de MG.

Enfatizamos que a Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), mais recente, que teve as contas julgadas, refere-se ao exercício de 2017, conforme dados abaixo⁷:

- **Processo:** 1040644
- **Exercício de Referência:** 2017
- **Situação das contas:** Regulares. Arquivado.
- **Providências adotadas:** Segundo concluído no Acórdão:

"I) julgar regulares as contas do exercício de 2017, apresentadas pelo Sr. Francisco Kupidlowski - Secretário de Estado de Administração Prisional, exercício de 2017, e dar-lhe quitação nos termos do art. 251 regimental, com fundamento no inciso I do art. 48 da Lei Complementar n.102/2008 c/c com o artigo 250, inciso I do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;
II) registrar que qualquer irregularidade que vier a ser apurada, seja por via de inspeção in loco ou auditoria, ou mesmo por denúncia, ensejará a reabertura do exame das contas;
III) determinar a intimação do interessado e do atual gestor, desta decisão;
IV) determinar o arquivamento dos autos, cumpridas as disposições regimentais".

6. OUTRAS AÇÕES OU ATIVIDADES RELEVANTES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2022

6.1. DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS

Em 2022, a equipe da Controladoria Setorial da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) participou de **90**

⁶ Site: www.tce.mg.gov.br > busca avançada de processos > em "tipo de busca" selecionar "parte" > em "parte" digitar o nome do órgão/entidade por extenso, não precisa do nome inteiro. > clicar em "pesquisar processo" > selecionar o nome do órgão/entidade que está sendo pesquisado. > clicar em "buscar processos" > selecionar a natureza de processo "prestação de contas de exercício"> clicar em "buscar processos filtro natureza. Acesso em: 15/2/2023.

⁷ Disponível em: https://www.tce.mg.gov.br/pesquisa_processo.asp?cod_processo=1040644. Acesso: 15/2/2023.



curios e seminários, totalizando 5.312 horas, capacitando 625 servidores, conforme descrito na tabela, a se ver:

Tabela Resumo 4 - Demonstrativo das ações de capacitação realizadas pela Controladoria Setorial SEJUSP - U.O. 1451 - Exercício 2022

CAPACITAÇÃO	ÁREA	QUANTIDADE PARTICIPANTES	HORAS CAPACITADAS
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Auditoria	1	33
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Auditoria	1	24
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Auditoria	30	900
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Auditoria	4	108
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Auditoria	2	56
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Auditoria	1	25
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Auditoria	2	56
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Auditoria	3	81
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Auditoria	1	18
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Correição	1	12
1ª Semana Internacional de Controle Interno	Auditoria	2	38
Papéis de Trabalho na Auditoria Interna Governamental	Auditoria	8	128
Elaboração de Relatórios de auditoria	Auditoria	4	96
Oficina - Planejamento de auditoria	Auditoria	5	105
Gestão de Riscos em Processos de Trabalho (segundo o Coso)	Auditoria	1	20
Treinamento em Gerenciamento de Riscos	Auditoria	2	18
Treinamento em Gestão de Riscos	Auditoria	2	20
Gestão de Riscos em Projetos de Transformação Digital	Auditoria	1	10
Apresentação módulo Gestão de riscos (SAEWEB) para Controladorias	Auditoria	1	5
ABR - Auditoria Baseada em Riscos - Setoriais e Seccionais	Auditoria	1	3
Oficina: Execução de auditoria	Auditoria	5	70
Técnicas de Auditoria Interna Governamental	Auditoria	2	48
Capacitação e-Aud (Sistema de gerenciamento de dados e informações de Auditoria) - Processo de Auditoria no Sistema e-Aud.	Auditoria	3	90
Equilíbrio fiscal	Auditoria	1	40
Como Fiscalizar com Eficiência Contratos Públicos	Auditoria	1	20
Introdução a gestão de projetos	Auditoria	1	20
Controles na Administração Pública	Auditoria	1	30
Fundamentos da Integridade Pública: Prevenindo a Corrupção	Transparência e Integridade	1	25
2ª Etapa do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção: Transparência	Transparência e Integridade	1	2
Workshop: Responsabilidade e Corporativa por Corrupção e os programas de Integridade.	Transparência e Integridade	2	12
Governo Aberto: Transparência e Dados Abertos	Transparência e Integridade	1	40
Governo Aberto	Transparência e Integridade	1	10
1º Encontro do Grupo de estudos de integridade Pública	Transparência e Integridade	2	4
2º Encontro do Grupo de Estudos em Integridade Pública	Transparência e Integridade	2	4
3º Encontro do Grupo de Estudos em Integridade Pública	Transparência e Integridade	2	4



CAPACITAÇÃO	ÁREA	QUANTIDADE PARTICIPANTES	HORAS CAPACITADAS
Governança de Dados	Transparência e Integridade	2	60
Estudo orientado: Eixos dos programas de integridade pública	Transparência e Integridade	1	2
Ética e Serviço Público	Transparência e Integridade	1	30
Web Seminário: Vamos Falar de Auditoria?	Auditoria	1	3
WebSeminário: Direito Administrativo Sancionador	Correição	63	378
WebSeminário: Novo Decreto Conflito de Interesses	Transparência e Integridade	23	69
Programa de Capacitação LGPD	Transparência e Integridade	1	4
Proteção de Dados Pessoais no Setor Público	Transparência e Integridade	1	15
Workshop: Proteção pessoal	outro	2	8
Seminário: Atividade Policial: Da Sobrevivência à Liderança	outro	4	32
Linguagem simples aproxima o governo das pessoas.	outro	1	20
Linguagem de programação R	outro	1	30
Microsoft Excel 2016 - Básico	outro	7	105
Microsoft Excel 2016 - Intermediário	outro	4	80
Microsoft Excel 2016 - Avançado	outro	2	60
Microsoft word 2016 - básico	outro	4	36
Microsoft word 2016 - Intermediário	outro	2	24
Microsoft word 2016 - Avançado	outro	2	16
Power BI		1	23
Redação oficial e Noções de SEI e suas aplicações	outro	7	70
SEI	outro	1	20
Gestão de Documentos	outro	2	16
Introdução as práticas arquivísticas	outro	1	27
MAP - Mapa de Atribuição por Produto (mapeamento da força de trabalho)	outro	1	50
Contabilização de benefícios	Auditoria	3	30
1º Café com NUCAD 2022 - Apresentação do Plano de Prevenção 2022	Correição	38	76
2º Café com NUCAD 2022	Correição	1	2
Curso de Aperfeiçoamento de Armamento e Tiro - CAAT	outro	4	48
Curso Compromisso de Ajustamento Disciplinar (CAD)	Correição	92	276
Curso: Boas práticas em antiterrorismo	outro	4	104
Impactos da LGPD nos procedimentos disciplinares	Correição	20	40
Seminário: Introdução à Inteligência de Estado e de Segurança Pública	outro	1	8
Palestra: Inteligência e Crime Organizado	outro	1	4
Palestra: Inteligência Estratégica e a Relevância do Compartilhamento e Conhecimento Interorganizacional	outro	1	4
Palestra: Tecnologia e Atividade de Inteligência	outro	1	3
Palestra: Análise de Risco e a Produção do Conhecimento	outro	1	2
Impactos da LGPD nos procedimentos disciplinares	Correição	20	40
Seminário: Introdução à Inteligência de Estado e de Segurança Pública	outro	1	8
Palestra: Inteligência e Crime Organizado	outro	1	4



CAPACITAÇÃO	ÁREA	QUANTIDADE PARTICIPANTES	HORAS CAPACITADAS
Palestra: Inteligência estratégica e a Relevância do Compartilhamento de Conhecimento Interorganizacional	outro	1	4
Palestra: Tecnologia e Atividade de Inteligência	outro	1	3
Palestra: Análise de Risco e a Produção do Conhecimento	outro	1	2
Curso SEI PAD-e 2022	Correição	104	312
WebSeminário: Segurança Psicológica - Estou no caminho certo?	outro	1	3
Curso Introdutório de Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas com base na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)	Correição	51	459
Combate à Corrupção - Gestão De Pessoal e Corregedorias	Correição	1	20
Docência em Segurança Pública: Noções Básicas	outro	1	30
Políticas Públicas De Segurança - Noções Introdutórias	outro	1	30
13º Encontro anual do CONSET com as Comissões de Ética	outro	2	8
Encontro anual do CONSET com as Comissões de Ética	outro	1	8
Programa Dia Internacional Contra a Corrupção: Poder Público e Sociedade Civil no Combate à Corrupção	outro	1	5
1º Webnário da Revista Susp: Segurança Pública e Perspectivas	outro	3	24
Curso de inteligência emocional e gestão de conflitos	outro	1	10
1º Congresso Brasileiro de Gestão Pública e Direito Administrativo	outro	1	16
1º Congresso brasileiro de segurança pública da EMD	outro	1	16
Curso: Seminário Estadual de Prevenção e Combate a prática de Assédio Moral no âmbito da Administração Pública Estadual	Correição	2	6
Juízo de admissibilidade no assédio moral		10	20
Operador MARC 1 - APH de Combate DEPEN MG	outro	3	36
Curso de prática correccional	Correição	2	48
Curso de Formação de Brigada de Incêndio Orgânico - Nível Intermediário / 2022, Fase EAD	outro	1	12
Crimes Cibernéticos: Os Principais Riscos e Técnicas Básicas de Prevenção	Correição	1	20
Capacitação Continuada da Corregedoria-Geral da Advocacia da União - "A importância da Prova Testemunhal no Direito Administrativo Disciplinar", realizado na plataforma YouTube pela Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal - EAGU e pela CGAU	Correição	1	2
Lançamento do Manual de Apuração de Ilícitos Administrativos	Correição	1	3
Direito Constitucional da Formação de Diretores do Sistema Penitenciário	outro	1	10
Teoria Jurídica do Direito Penal da Formação de Diretores do Sistema Penitenciário	outro	1	6
Capacitação em SRPJ	outro	1	6
Administração das Finanças/Preparação para Aposentadoria	outro	1	64
Manuseio de Arma de Fogo	outro	2	24
Curso de Formação em Direitos Étnicorraciais	outro	1	60
Português - Interpretação de Texto e Emprego de Regras Gramaticais	outro	1	40
Encontro virtual com gestores e servidores das unidades prisionais para apresentação e	outro	1	3



CAPACITAÇÃO	ÁREA	QUANTIDADE PARTICIPANTES	HORAS CAPACITADAS
instruções sobre a Diretoria de Atenção a Saúde do Servidor			
			5.312

Fonte: Relatório de Atividades de Controle Interno- RACI #1387862.

6.2. AÇÕES DE CORREIÇÃO

a) Destacamos na tabela abaixo, o quantitativo de procedimentos instruídos pelo Núcleo de Correição Administrativa (NUCAD) da SEJUSP, quais sejam: Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD); Processo Disciplinar Simplificado (PDS) e Sindicância Administrativa Investigatória (SAI). Os dados referentes às Ações de Correição, foram extraídos do Relatório de Atividades de Controle Interno (RACI) 2022 CSET/SEJUSP⁸.

Tabela Resumo 5 - Status e quantitativos dos procedimentos formalizados no NUCAD da SEJUSP

LEVANTAMENTO EXERCÍCIO 2022 - PROCEDIMENTOS INSTAURADOS- NUCAD/CSET/SEJUSP													
TIPO DE PROCEDIMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PAD - Processo Administrativo Disciplinar	22	73	38	33	42	65	61	63	73	56	36	83	645
PDS - Processo Disciplinar Simplificado	2	7	4	6	6	8	6	8	6	8	6	13	80
SAI - Sindicância Administrativa Investigatória	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
TOTAL	24	80	42	39	48	73	68	71	79	64	42	96	726

Fonte: NUCAD/CSET/SEJUSP - Relatório de Atividades de Controle Interno- RACI - E-Aud #1387862.

b) No âmbito da Corregedoria Geral do Estado (COGE/CGE), foram instaurados em 2022, 8 (oito) Processos Administrativos Disciplinar; 01 (hum) Sindicância Administrativa Disciplinar (SAD) e 01 (hum) Sindicância patrimonial (SPA), conforme tabela seguinte;

⁸ Relatório de Atividades de Controle Interno- RACI - E-Aud #1387862.



Tabela Resumo 6 - Status e quantitativos dos procedimentos formalizados na COGE/CGE

CONCLUSÃO	QUANTIDADE DE PROCESSOS		
	PAD	SAD	SPA
Decidido/Arquivamento	6	1	-
Instrução	1	-	1
Julgamento	1	-	-
TOTAL	8	1	1

Fonte: COGE/CGE - Processo nº 1520.01.0001426/2023-20.

6.3. AÇÕES DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

Com relação às ações de Transparência e Integridade, destacamos as ações executadas pela Coordenadoria de Transparência e Integridade (CTI) da SEJUSP. Os dados referentes às essas ações, foram extraídos do Relatório de Atividades de Controle Interno (RACI) - CSET/SEJUSP⁹.

Quadro Resumo 4 - Execução das ações de Transparência e Integridade

Ação Planejada/ Extraordinária	Status	Resultados	Observações/Justificativas
Apoio ao 2º Ciclo de Avaliação de Governança dos Conselhos Estaduais de Políticas Públicas	Concluído	Formulário de Avaliação E-Aud #1303899	Relatório de Governança a ser emitido pela SUTI da CGE
Acompanhar o preenchimento dos dados das Instituições Participativas no Sistema/Portal dos Conselhos - 1º semestre	Concluído	Checklist E-Aud #1376207 #1376255 #1376274	Checklist preenchido para 03 Instituições de Controle Social
Acompanhar o preenchimento dos dados das Instituições Participativas no Sistema/Portal dos Conselhos - 2º semestre	Concluído	Checklist E-Aud #1211908 #1211910 #1211911	Checklist preenchido para 03 Instituições de Controle Social

⁹ Relatório de Atividades de Controle Interno- RACI - E-Aud #1387862.



Ação Planejada/ Extraordinária	Status	Resultados	Observações/Justificativas
Realizar a gestão do SISPMPI no órgão ou entidade em que atua, estimulando o uso do sistema na formulação, execução, monitoramento e avaliação do Plano de Integridade do órgão	Concluído	Relatórios, Resoluções, Cartilhas e Cursos E-Aud #1155087 #1168065 #1253598 #1255307 #1265538 #1265544 #1173923 #1183940 #1252430 #1183593 #1197107 #1247840 #1150179 #1150194 #1252426 #1179681 #1176813 #1175745	RISP 140 hs Resolução #1155087 e Cartilha #1168065 Cartilhas Nepotismo e Conflitos de Interesses 140 hs #1253598 #1255307 Brindes 140 hs Resolução e Cartilha #1265538 #1265544 SISPMPI 756 hs (Cadastro de Usuários, Treinamento Instância, Atualização PI #1173923 #1183940 #1252430, Relatórios SISPMPI #1183593 #1197107 #1247840 e Revisão PI com Instância #1150179 #1150194 #1252426) Capacitação Integridade 14 hs #1179681 Capacitação Gestão de Riscos 35 hs #1176813 Capacitação DBV 35 hs #1175745
Consolidar os resultados e os benefícios diretos e indiretos alcançados no órgão ou entidade ao longo do ano com as ações de integridade	Concluído	Questionário On-line E-Aud #1177286	Aplicado de Questionário On-line ao Controlador Setorial
Avaliar cumprimento do Decreto nº 47.185/2017 no órgão ou entidade, em relação a implementação dos planos de integridade específicos	Concluído	Relatório Diagnóstico de Integridade E-Aud #1271219	Aplicado o Diagnóstico de Integridade
Fomento à abertura de dados	Concluído	Relatório de Transparência E-Aud #1336781	Abertura de dados públicos da SEJUSP

Fonte: Relatório de Atividades de Controle Interno (RACI) 2021 CSET/SEJUSP - E-Aud #1387862.

Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade -
Coordenadoria de Auditoria, 20 de março de 2023.